SEMINÁRIO LATINO AMERICANO E CARIBENHO

AIPAA 2022: CELEBRANDO A PESCA DE PEQUENA ESCALA SUSTENTÁVEL E EQUITATIVA

Relatório

2-5 de novembro 2022
Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Cananéia, São Paulo, Brazil

Relatório preparado por Ligia M Rocha

Organizado por
Coletivo Internacional de Apoio aos Trabalhadores da Pesca (CIAPA)
Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas (CONFREM)
Instituto Linha D'Água e
Associação de Moradores do Itacuruçá Pereirinha (AMOIP)

International Collective in Support of Fishworkers (ICSF),
Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas (CONFREM) and Instituto Linha D'Água
Latin American & Caribbean Workshop:
IYAFA 2022: Celebrating Sustainable and Equitable Small-scale Fisheries
2-5 November 2022, Cardoso Island State Park
Cananéia/SP - Brazil

Relatório do Seminário Latino Americano e Caribenho
AIPAA 2022: Celebrando a Pesca de Pequena Escala Sustentável e Equitativa
Novembro 2022
Relatório preparado por Ligia M. Rocha

Publicado por
Coletivo Internacional de Apoio aos Trabalhadores da Pesca Artesanal(CIAPA)
22, 1st Floor, Venkatrathinam Nagar, Adyar,
Chennai 600 020, Tamil Nadu, India
Email: icsf@icsf.net

Web page:

Editado por

Diagramado por

Capa
Pesca artesanal tradicional na Ilha do Cardoso, Cananéia/São Paulo, Brasil: fazendo a despesca do cerco na maré baixa

Capa interna
Cerimônia de Abertura e Participantes do “AIPAA 2022: Celebrando a Pesca de Pequena Escala Sustentável e Equitativa”, realizado na Ilha do Cardoso, Cananéia/São Paulo, Brasil

Back Inside

Back Cover

Copyright © ICSF 2022
ISBN

Embora o ICSF reserve todos os direitos para esta publicação, qualquer parte dela pode ser copiada e distribuída livremente, desde que seja dado o devido crédito. Qualquer uso comercial deste material é proibido sem permissão prévia. O ICSF gostaria de receber uma cópia de qualquer publicação que usa esta publicação como fonte. As opiniões e posições expressas nesta publicação são as dos autores envolvidos e não representam necessariamente as opiniões oficiais do ICSF.

Sumário

LISTA DE ABREVIAÇÕES 6

DIA 1: 02 NOVEMBRO 2022 8

1. Cerimônia de Abertura 8

1.1. Mística 8

1.2. Mesa de Abertura 9

2. O registro do seminário 13

3. Sessão 1: A situação atual da pesca artesanal e expectativas no Seminário 14

3.1 Apresentação dos Resultados dos Grupos 14

Grupo dos Representantes do Caribe (Inglês) 14

Grupo dos Representantes do Brasil (Português) 16

Grupo dos representantes do Idioma Espanhol 20

DIA 2: 03 NOVEMBRO 2022 23

4. Sessão 2: Seguridade Social, Educação e Saúde 23

4.1 Troca de Experiências e conquistas relacionada a Seguridade Social, Educação e Saúde 23

4.2 Apresentação dos Grupos sobre Seguridade Social, Educação e Saúde 30

Grupo dos Representantes do Brasil (Português) 30

Grupo dos representantes Caribenhos no Seminário (Inglês) 31

Grupo A dos representantes do idioma Espanhol 33

Grupo B dos representantes do idioma Espanhol 34

5. Sessão 3: Desafios e Estratégias de Enfrentamento à Economia Azul 36

5.1 Informações Iniciais 36

5.2 “Tons azuis desconcertantes: enfrentando os impactos da economia azul na pesca artesanal na América Latina” 38

5.3 Apresentação dos Grupos de trabalho 39

Grupo A de representantes do idioma Espanhol 40

Grupo B de representantes do idioma Espanhol 40

Grupo de Representantes do Caribe (Inglês) 41

Grupo de representantes do Brasil (Português) 42

6. Visita de Campo 1: Trilha dos Mangues e encontro com os botos na praia 44

DIA 3: 04 NOVEMBRO 2022 45

7. Sessão 4: Mulheres na Pesca Artesanal e a questão de Gênero 45

7.1 Considerações iniciais sobre as Mulheres na Pesca Artesanal 45

7.2 Resultados do Trabalho em Grupos 50

Grupo 1: Direitos 51

Grupo 2: Conhecimento 51

Grupo 3: Economia 52

Grupo 4 a: Saúde e Violência (construído pelas participantes do Seminário) 53
Grupo 4b: Masculinidade (construído pelos participantes do Seminário) 54
7.3 Plano de Ação para as Mulheres na Pesca 54
8. Sessão 5: Fortalecimento das Organizações Latino Americanas: ULAPA 56
DIA 4: 05 NOVEMBRO 2022 57
9. Visita de Campo 2: Conhecer a Pesca Artesanal na Ilha do Cardoso 57
10. Despedida AMOIP/ACTIC 59
11. Sessão 6: Carta Aberta do Seminário AIPAA 2022 e Encerramento 61
FACILITAÇÃO GRÁFICA 62
COBERTURA COLABORATIVA AUDIOVISUAL 63
ANEXOS 64
12. Anexo 1 - Nota Conceitual 64
13. Anexo 2 - Programação do Seminário Latino-Americano e Caribe - AIPAA 2022: Celebrando a Pesca de Pequena Escala Sustentável e Equitativa 68
14. Anexo 3 - Lista de Participantes 1

LISTA DE ABREVIAÇÕES

ACTIC - Articulação das Comunidades Tradicionais da Ilha do Cardoso
AIPAA - Ano Internacional da Pesca Artesanal e Aquicultura
AMOIP - Associação de Moradores da Comunidade Itacuruçá Pereirinha
AMP - Áreas Marinhas Protegidas
ANP - Associação Nacional das Pescadoras
APA - Área de Proteção Ambiental
APALE - Asociación de Pescadores Artesanales de La Enea
BCFA - Bahamas Commercial Fisher Alliance
CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica
CIAPA - Coletivo Internacional de Apoio aos Trabalhadores da Pesca Artesanal
CNFO - Rede Caribenha de Organizações da Pesca
COFI - Comitê de Pesca (FAO)
CONAPACH - Confederación Nacional de Pescadores Artesanales de Chile
CONFEPESCAR – Confederação dos Pescadores Artesanais do Caribe
CPACC - Confederação de Pescadores Artesanais do Caribe-Colombia
CONFREM - Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Marinhas
CONMECOOP - Confederación Mexicana de Cooperativas Pesqueras y Acuícolas
COP – Conferência das Partes
CPP - Conselho Pastoral dos Pescadores
EBSAs - Áreas Marinhas de importância Biológica ou Ecológica para os Oceanos
FACOPADES de RL - Federación de Asociaciones Cooperativas Pesqueras Artesanales de El Salvador de Responsabilidad Limitada.
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FEDEPESCE - Federación de Pescadores Artesanales y Ambientalistas del departamento del Cesar
FENACOPEC - Federação Nacional de Cooperativas Pesqueiras do Equador
FENAPESCA - Federação Nacional de Pescadores Artesanales de Guatemala
FIUPAP - Federación de Integración y Unificación de los Pescadores Artesanales del Perú
ICSF - Coletivo Internacional de Apoio aos Trabalhadores da Pesca (International Collective in Support of Fishworkers)
LDA - Instituto Linha D'Água
MPF - Ministério Público Federal (Brasil)
MPP - Movimento dos Pescadores e Pescadoras
Network of Fisherfolks Organization
NUPAUB - Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras
ONG - Organização Não Governamental
OMEC - Outras Medidas de Conservação baseada em Área
ONP - Organização Nacional de Pesca
RDS - Reservas de Desenvolvimento Sustentável

RENAMUPES - Confederação Rede Nacional de Mulheres do Setor da Pesca, Aquícultoras e Defensoras da Água e Cultura
RESEX - Reserva Extrativista
SITRAMAR - Sindicato de Trabajadores do Mar
SNUC - Sistema Nacional das Unidades de Conservação (Brasil)
UAPA - União Argentina de Pescadores Artesanais
UC - Unidade de Conservação
ULAPA - União Latino Americana de Pescadores Artesanais
UPESABD - Unión de Pescadores Artesanales Bocatoreños
USP - Universidade de São Paulo
WFFP - Fórum Mundial de Pescadores Artesanais

DIA 1: 02 NOVEMBRO 2022

1. Cerimônia de Abertura

1.1. Mística

A cerimónia de abertura do Workshop AIPAA 2022 foi realizada em duas fases: Mística e Mesa de Abertura. Na Mística, todos os participantes colocaram-se em círculo e os representantes da Associação de Moradores do "Itacuruçá Pereirinha" (AMOIP) iniciaram a atividade. Enquanto apresentavam a sua visão de mundo na pesca artesanal e o seu modo de vida tradicional, trouxeram elementos para o centro do círculo a fim de representar o que falavam. Alguns exemplos foram o mapa com a localização de todas as comunidades locais na Ilha de Cardoso, miniaturas de artes de pesca, e um vaso com plantas que tradicionalmente utilizam. Depois, a AMOIP convidou todos os participantes no Seminário a fazer o mesmo: se apresentar, indicar as organizações que representavam e apresentar os objetos que também trouxeram para representar a sua comunidade, a pesca e/ou seu país. Durante a apresentação, os participantes colocaram os objetos no centro, criando um centro multidiverso a partir de 16 países. Foi também o início da formação da unidade dos participantes como um único grupo.

Figura 1: Cerimônia de Abertura: boas vindas da comunidade local e Mística, com todos os participantes do Seminário AIPAA 2022.

Figura 2: Apetrechos de pesca e identificação para os participantes.

1.2. Mesa de Abertura

Depois da Mística, todos foram convidados a entrar no auditório para a Mesa de Abertura com a recepção oficial aos participantes do AIPAA 2022. O Sr. Sergio Carlos Neves, Presidente da AMOIP, abriu a sessão uma vez que a associação é a organização local responsável pelo alojamento, refeições e infra-estrutura do Seminário na Ilha do Cardoso. A seguir, o Sr. Henrique Kefalás do Instituto Linha D'Água e a Sra. Vivienne Solis Rivera, representando o Coletivo Internacional de Apoio aos Pescadores Artesanais (CIAPA), falaram. A Sra. Vivienne convidou também a Sra. Nadine Orchid Nembhard, representante da Rede Caribenha de Organizações de Pescadores Artesanais (CNFO). Por último o Sr. Flavio Lontro, Presidente da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos e ComunidadesTradicionais Extrativistas Costeiro e Marinhas (CONFREM) deu as boas-vindas a todos.

Figura 3: Mesa de Abertura do AIPAA 2022 com os Senhores Sérgio Neves (AMOIP), Henrique Kefalás (Instituto Linha D'Água/ICSF) e Flávio Lontro (CONFREM) do Brasil, e Sras Vivienne Solis Rivera (CoopeSoliDar/ICSF) da Costa Rica e Nadine Nembhard (CNFO/WFFP) do Belize, além de participantes Latino Americanos e Caribenhos.

Figura 4: Participantes Latino Americanos e Caribenhos do AIPAA 2022.

Sr. Sergio Carlos Neves - Presidente da AMOIP, Brasil

Sou morador tradicional na Ilha do Cardoso, apenas nasci em Cananéia e já vim para a ilha onde meu pai e minha mãe moravam. Meu pai era pescador e artesão, minha mãe veio da agricultura. Por isso nos adaptamos tanto com pesca e agricultura nesta terra. Estamos na comunidade de Itacuruçá Pereirinha, na Ilha do Cardoso, onde existem 11 comunidades sendo 9 delas caiçaras e indígenas. A ilha tem em média 450 moradores tradicionais. Eu aprendi e vivi na pesca desde criança e hoje, em quase todo território, temos também o turismo que agrega renda às famílias. Em nome da nossa comunidade agradecemos com muito orgulho a presença de vocês, pescadores e representantes da pesca artesanal. Agradecemos aos parceiros Instituto Linha D'Água e CONFREM que nos convidaram e confiaram em nós para receber esse evento Latino Americano e Caribenho da Pesca Artesanal.

Sr. Henrique Kefalás - Instituto Linha D'Água, Brasil

Bom dia a todos, eu sou o Coordenador do Instituto linha D'Água, que é uma organização da sociedade que apoia projetos e iniciativas de organizações, universidade, associações e comunidades. Nossa atuação é mais voltada à etnoconservação dos ecossistemas marinhos, considerando que temos várias formas de cuidar deste espaço. Estamos muito felizes de ver este evento acontecendo com tantos participantes. Como membro do ICSF, é um grande desafio sediar o encontro no Brasil. Para nós é também muito importante poder conciliar o Seminário Latino Americano Caribenho com a AMOIP. É uma oportunidade para a Associação de Moradores de Itacuruçá Pereirinha firmar esse território e mostrar todo potencial que as comunidades têm de assumir seu próprio destino, territórios e espaço. Em determinado momento a ilha doi denominada Parque Estadual, mas sempre foi e será território das comunidades tradicionais. Agora o show é de todos com todos, para podermos interagir e construir perspectivas comuns para a pesca artesanal na América Latina e Caribe. Muito obrigado pela presença de todos.

Sra. Vivienne Solis Rivera - CoopeSoliDar e CIAPA/ICSF, Costa Rica

Bom dia a todos. Estou representando o Coletivo Internacional de Apoio aos Trabalhadores da Pesca (CIAPA/ICSF). Para começar uma atividade como essa é importante lembrarmos da luta da pesca artesanal de pequena escala para poder estarmos juntos aqui. Gostaria de solicitar aos participantes deste seminário que efetivamente pescam ou catam moluscos e crustáceos, que trabalham na pesca, que se ponham em pé. Nas últimas reuniões globais, quando se solicita o mesmo, apenas uma ou duas pessoas se levantam. Aqui neste seminário a maioria se levantou. Eu represento o Coletivo que nasceu em Bangkok (Tailândia), porque até então somente pescadores da pesca industrial eram visíveis e tinham direitos. Os pescadores artesanais passaram a se organizar. Mesmo que discursos manipulem a realidade, desde a conservação da biodiversidade à economia, a verdade é que os pescadores têm direitos fundamentais como direito à terra, ao desenvolvimento social, a trabalho decente, e as mulheres também têm direitos. E na pesca, muito além que a economia, o foco deve ser a vida de maneira integral, a vida das famílias, os coletivos. Estamos lutando por nossa identidade que é distinta, estamos lutando por uma atividade que representa segurança alimentar na América Latina e Caribe. Somente por isso a pesca artesanal já deveria ser garantida! Mas há pouca coisa que podemos fazer se os pescadores não mantêm sua organização. As nações de apoio nunca poderão substituir a voz, a vida e o conhecimento dos pescadores e pescadoras.

Não é somente a economia que vai salvar a pesca de pequena escala. Se avaliamos a Economia Azul, a pesca artesanal não é considerada como prioridade. Podem haver estudos e relatórios oficiais, mas não têm abordagem integral para defender os direitos das comunidades tradicionais. Somente uma visão integral nos levará aos sucesso de todas as atividades envolvidas na pesca artesanal.

Temos ainda que considerar a juventude. Querem nos fazer acreditar que a juventude não está presente. No entanto, a juventude quer continuar pescando e manter a tradição. Estamos muito felizes de ver que no Brasil tem-se a visão que a pesca seja das pessoas e territórios. Se essa é a missão, creio que estamos no bom caminho. Temos que ter a clareza que aqui é o caminho correto e que neste encontro há pessoas que podem dar luz para continuarmos juntos. Que a América Latina e Caribe formem uma unidade no processo de mostrar esse caminho, mesmo que organismos internacionais tenham visão econômica apenas. Quero agradecer aos companheiros do Brasil e à comunidade local por toda recepção. E também aos membros do ICSF - Henrique (Kefalás), Leopoldo (Gerhardinger), Beatriz (Mesquita) e Kátia (Barros) pelo fato de estarmos aqui. Por último, convido a Nadine (Nembhard), que representa Rede Caribenha de Organizações de Pesca Artesanal, a qual não haveria sentido deixarem de participar.

Sra. Nadine Orchid Nembhard - Secretária da Rede Caribenha de Organizações da Pescadores/CNFO e Fórum Mundial de Pescadores/WFFP, Belize.

Muito obrigada pela inclusão aqui nesta mesa e no Seminário. É a primeira vez que somos incluídos nos eventos e isso nos deixa muito felizes. Muito obrigada Vivienne Sollis, que tem sido uma grande parceira para nós. Há muitas mulheres e homens trabalhadores que dependem da pesca artesanal para sua subsistência. Muitas mulheres estão felizes por fazer parte deste processo. Eu tenho um filho cujo pai e avô são pescadores. Além de mim mesma, tenho uma família que é parte desta cadeia produtiva. A aquicultura e a pesquisa de piscicultura são importantes não apenas para os recursos escassos, precisamos continuar esta tradição. Como líderes, precisamos ter consciência dos desafios de lutar pelos nossos direitos, por continuar a luta por segurança alimentar para as nossas comunidades. As ferramentas que temos vêm através do oceano. Nós somos os oceanos, nós somos as pessoas que podem restaurar a dignidade dos oceanos. Muitos do Caribe não puderam chegar aqui, mas a delegação que aqui está representa a todos. Obrigada.

Sr. Flavio Lontro - Presidente da CONFREM/ULAPA, Brasil

Sejam todos muito bem vindos. Aos brasileiros agradeço a disponibilidade de apoiar este evento, mesmo diante de todos os desafios que enfrentamos. Trabalhamos muito nestas últimas semanas, inclusive para reeleger o presidente Lula, e voltamos a ter esperança novamente. Eu não posso continuar sem agradecer aos parceiros. Foi uma grata surpresa a CONFREM receber a consulta do ICSF para sediar este seminário. Aproveito para agradecer a toda comunidade local, em nome do Sérgio, Presidente da AMOIP, e aproveitar para ressaltar que não estão sozinhos. É necessário agradecer ao Instituto Linha D'Água. Esse evento não aconteceria se não fosse o Sr. Henrique Kefalás. Com apoio de membros do ISCF na Índia e Amsterdã, ele tomou para si a responsabilidade da realização deste evento tão complexo, inclusive por ser um evento trilíngue. Então agradecemos oficialmente a parceria que sempre tivemos com o Instituto Linha D'Água, parceria esta fundamental para que este evento efetivamente acontecesse. Temos uma complexa e grandiosa oportunidade, inclusive para a União Latino Americana de Pescadores Artesanais/ULAPA, e a luta continua. Gostaria de dizer a todos, inclusive à delegação Caribenha que, apesar das diferenças de idioma, nós da ULAPA estamos aqui para ouvi-los e apoiá-los. Gostaria ainda de comunicar que também fundamos a rede ibero-americana de pesca artesanal em pequena escala, ampliando assim a participação dos pescadores artesanais na União Europeia.

Enfim, sejam muito bem vindos e a CONFREM está de braços abertos, trabalhamos voluntariamente pelo bem dos pescadores. Esta sempre foi a jornada nacional e internacional da CONFREM. Sozinhos não conseguiremos e a maior prova é o que vimos hoje: apesar de sermos de diferentes países os problemas são efetivamente os mesmos,

apenas em lugares diferentes. Por isso precisamos trabalhar juntos. Somos um povo só, espalhado pelo planeta. Com a CONFREM, ULAPA e a Rede Ibero-americana, vamos criar regras que sirvam para toda América latina e Caribe. Sejam bem-vindos.

2. Informações gerais e registro do Seminário

Feitas as falas de boas-vindas, seguiu-se as informações gerais sobre o Seminário, programação e infraestrutura disponível. Houve um destaque especial sobre a forma de registro do Seminário, que aconteceu através de Cobertura Colaborativa Audiovisual e Facilitação Gráfica, além da gravação da tradução simultânea em inglês.

A Cobertura Colaborativa Audiovisual é um processo educomunicativo de ensino-aprendizado guiado pela meta de criar produtos audiovisuais que representem o conhecimento construído durante o processo, neste caso, o Seminário AIPAA 2022. Dentre os objetivos estão: 1. incentivar a produção cultural relacionada às temáticas tratadas em processos participativos, 2. promover uma visão crítica sobre os meios de comunicação e informação, apontando o cuidado com a forma mais adequada em cada situação, e 3. propor práticas que promovam o aprendizado ativo das pessoas envolvidas, para que possam não apenas participar de processos permanentes de interlocução, mas também sistematizar o conhecimentos gerado através de produtos audiovisuais.

Na formação da equipe de Cobertura Colaborativa Audiovisual são abordados três níveis de aptidões/conhecimentos na linguagem audiovisual. O primeiro trata dos processos de Pesquisa, Roteiro e Planejamento, que compreendem a etapa de organização das ideias, referências e conhecimentos envolvidos na criação dos produtos audiovisuais. O segundo nível trata dos processos de Produção, Direção e Gravação, que compreendem os conhecimentos organizacionais e técnicos necessários à captação das imagens e sons de forma eficiente e alinhada com os roteiros concebidos. O terceiro nível trata dos processos de Edição, Montagem e Publicação, que compreendem a finalização dos produtos concebidos e a sua veiculação de acordo com os objetivos da cobertura.

No AIPAA 2022 a equipe de Cobertura Colaborativa Audiovisual foi formada por João Ricardo Cararo Lázaro (Artista Educomunicador, Bacharel em Artes Visuais e Mestre em Educação - Coordenador), Adayse Bossolani da Guarda e Leopoldo Cavaleri Gerhardinger (Técnicos de Apoio), Claudia Chow (Comunicação do Instituto Linha D'Água), Gabriela Mendonça das Neves e Jorge Antonio Cardoso (representantes da AMOIP), Helia Farias Espinoza e Maria Rita Olyntho Machado (participantes do AIPAA 2022).

Já a Facilitação Gráfica é um processo de tradução visual do que está sendo falado em um processo participativo, seja um evento, reunião, trabalho em grupo. Neste processo transforma-se as ideias e informações discutidas em conhecimento de forma coletiva e imagética. Transforma-se em tempo real a essência do que foi discutido em desenho em

painéis de grande formato, com metáforas visuais, imagens e textos resumidos, tornando o conteúdo registrado, sistematizado, compartilhável e de fácil compreensão.

No AIPAA 2022 a empresa contratada para Facilitação Gráfica foi a Enraíze Soluções Participativas, composta por Camila Mello (Educadora Popular, consultora e Geógrafa), Gabriele Miranda dos Santos (quilombola, estudante de pedagogia e pesquisadora da Universidade Federal do Paraná - UFPR) e Juliana Greco (também educadora popular, pesquisadora e doutoranda na UFPR). Os registros de dois painéis narrativos em tempo real foram criados e validados ao longo do seminário, sendo digitalizados posteriormente para distribuição a todos os participantes. Cada painel traz a síntese dos momentos da programação e dos resultados das discussões em grupo e plenárias, aumentando assim o impacto, assimilação e retenção das ideias de forma inovadora e atraente.

3. Sessão 1: A situação atual da pesca artesanal e expectativas no Seminário

Considerando a intensa participação dos representantes Sul Americanos e Caribenhos nos momentos iniciais do Seminário, a sessão seguinte teve como objetivo sistematizar as expectativas de todos, de maneira que houvesse oportunidades para as falas individuais. Assim, os participantes formaram três grupos (Português, Espanhol e Inglês) para compartilhar suas expectativas considerando os principais desafios e as estratégias necessárias para a pesca artesanal. Os resultados do grupo foram então compartilhados e discutidos na plenária.

3.1 Apresentação dos Resultados dos Grupos

Grupo dos Representantes do Caribe (Inglês)

Os representantes do Caribe focaram em seis pontos principais: Mulheres na pesca, Jovens na pesca, Reconhecimento da Pesca Artesanal, Educação e Formação, Redes & Governança, e Compartilhamento de Informações. Deve-se dar destaque ao papel das mulheres em toda cadeia produtiva da pesca; apesar delas estarem em grande parte de todo processo, elas não são reconhecidas. A pesca artesanal é o nosso terceiro pilar da economia, depois dos bancos e turismo, e é necessário dar a devida atenção às mulheres. É necessário desenvolver estratégias para que as mulheres possam estar tanto na direção das organizações como na pesca. Atualmente os homens têm mais papel como gestores nas organizações e as mulheres têm papel secundário. Queremos encontrar formas para que as mulheres ascendam na gestão, nas finanças e na venda, e não fiquem restritas ao processamento do pescado.

Figura 5: Apresentação do Grupo Caribenho pelo Sr. Adrian Bradford, Bahamas.

Com relação à Juventude, é necessário criar estratégias para a sucessão entre gerações. Não temos muitos jovens envolvidos na pesca artesanal. Os pescadores estão chegando na aposentadoria e queremos que os jovens nos sucedam. Como a pesca artesanal é o terceiro pilar da economia nos nossos países, queremos que a pesca artesanal esteja na educação, nas escolas técnicas. E neste processo é fundamental reconhecer o papel que a pesca artesanal tem na segurança alimentar da população. É necessário ainda superar os estigmas culturais, valorizando a pesca artesanal como uma atividade nobre, digna e rentável. Com a pandemia de Covid-19, a pesca artesanal era a única indústria que operava e gerava renda. Fomos considerados trabalhadores fundamentais para a segurança alimentar. Mas quando passou, voltamos a ser esquecidos. É fundamental fomentar a pesca artesanal de maneira que seja viável, sustentável e gere lucros.

Em termos de Educação, é necessário que haja treinamento e fomento de diversas habilidades, desde a atividade prática em si até contabilidade e gestão de negócios de sucesso. É importante atrair as mulheres para os negócios, fomentar a governança e manter organizações que possam nos representar e criar alianças na região. As redes, parcerias e alianças devem ir além do Ano Internacional da Pesca Artesanal. Deve haver incentivos especiais para a organização da pesca artesanal em escala local, nacional e regional, de maneira a influenciar governos e políticas públicas. Consideramos que na Rede Caribenha de Organizações da Pesca (CNFO) é importante nos mantermos apolíticos. Não queremos favorecer nenhum governo em particular; os governos mudam mas os pescadores não.

Esperamos que no futuro possamos compartilhar informações e comunicação através de mecanismos transnacionais e regionais, para a implementação das diretrizes da pesca artesanal. Queremos ter diretrizes mais abrangentes para a pesca artesanal na região do Caribe como um todo. E queremos que nesta reunião tenhamos uma colaboração contínua entre pescadores do Caribe e da América Latina. É necessário ter uma associação mais

estreita, para compartilhar as diretrizes e ter mais contato entre as diversas organizações, e talvez organizar mais workshops com esse. Queremos compartilhar estratégias e lições aprendidas com nossos vizinhos, irmãos e irmãs.

Grupo dos Representantes do Brasil (Português)

O grupo teve uma ampla discussão, uma vez que há muitas expectativas devido ao processo eleitoral presidencial recentemente concluído e à nova possibilidade de diálogo. Ao contrário da posição do grupo do Caribe, enfatizamos a necessidade de ação política, uma vez que há uma oportunidade de levar as necessidades da pesca artesanal ao novo presidente. Esperamos que a pesca artesanal seja analisada mais amplamente na América Latina, considerando os governos mais progressistas da Colômbia, Chile, Argentina e Bolívia..

Figura 6: Apresentação dos resultados do Grupo Brasileiro pelo Sr. Henrique Kefalás, Brasil.

Ainda relacionado ao cenário político, temos um Congresso e Câmara de Deputados muito conservadores, que defendem pautas contrárias à pesca artesanal. Os eleitos apoiam cada vez mais grandes empreendimentos, homogeneização e desrespeito aos povos tradicionais, a pesca artesanal e suas formas de vida. A despolitização das bases é também um problema sério. No processo eleitoral claramente um candidato a presidente tinha uma agenda de extermínio das populações mais pobres e outro era mais aberto ao diálogo e construção de possibilidades. Mesmo assim, houve muita discordância sobre qual candidato poderia efetivamente apoiar os pescadores na busca de soluções.

É necessário promover a articulação em diferentes níveis, territorialmente com as comunidades locais, entre os movimentos de pescadores artesanais e entre outros movimentos sociais. No Brasil temos vários movimentos e organizações como Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP), CONFREM e outros movimentos em nível regional e local como AMOIP e ACTIC (Articulação das Comunidades Tradicionais da Ilha do Cardoso). É necessário que haja esta articulação institucional envolvendo governos, universidades, entre outros. O apoio político institucional deve ser restaurado e ampliado. O movimento em

rede precisa construir uma plataforma comum, com prioridades, para que a mesma mensagem possa ser levada de forma conjunta e coletiva.

Há necessidade de formação, de educação diferenciada. É necessário que se tome o cuidado de se ter bem articulado até as bases, para que possamos avançar em bloco e não de maneira isolada. É necessário propor medidas territorializadas para formação da base. A despolitização das bases leva a escolhas inadequadas e não reconhecimento de quem de fato é comprometido com a pesca artesanal.

É importante que seja retomado o processo de registro de dados e informações que possam apoiar a tomada de decisão. Temos apagão de dados, descontinuidade da estatística pesqueira. Há algumas iniciativas territorializadas e pouco conectadas. Novas perspectivas articuladas em rede devem ser criadas.

As áreas protegidas devem ser valorizadas como uma ferramenta para defender territórios. A governança territorial deve ser colocada a serviço dos interesses das comunidades, que por sua vez podem enfrentar grandes empresas, como a aquicultura em larga escala e portos, entre outras. Vimos que as áreas protegidas desempenharam um papel importante no enfrentamento de grandes crises, como o derramamento de petróleo em 2019, e foram as comunidades que articularam medidas para defender esses espaços.

As áreas protegidas devem ser valorizadas como ferramenta de defesa dos territórios, a gestão territorial deve ser colocada a serviço do interesse dos territórios das comunidades e que isso possa desempenhar o papel de enfrentamento aos grandes empreendimentos, como aquicultura de grande escala e portos entre outros. Vimos que as áreas protegidas tiveram importante papel de enfrentamento de grandes crises, como o de enfrentamento do derramamento de Petróleo em 2019 e foram as comunidades que articularam medidas de defesa desses espaços.

É fundamental que haja intercâmbio de experiências e aprendizados como estratégia de apoio e luta. Não é necessário criar novas alternativas, se outros já têm determinada experiência solucionada há décadas. Precisamos expandir nossas articulações, redes, movimentos não apenas no território brasileiro mas em toda América Latina e Caribe. A união de movimentos e aprendizados é importante na formação de ferramentas a serem compartilhadas. Temos o exemplo das Comunidades da Ilha do Cardoso, que tiveram capacidade de se reunir e ficar juntos para enfrentar os conflitos. Queremos que se ampliem os processos de articulação.

A aquicultura vem sendo postulada no Ano Internacional da Pesca Artesanal como solução para o setor. É uma questão delicada, vinculada à Economia Azul. Mas raras vezes está claro ou se discute que aquicultura é essa. O que é uma aquicultura de base familiar e aquela outra propagada? Quais impactos geram ao meio ambiente. Em que escala. Sustentável em qual base? E a partir de qual experiência? E quem são os aliados e inimigos nesta discussão? Quais são os resultados esperados? Estes são pontos que precisam ser esclarecidos.

Há ainda a percepção de que há uma narrativa de conservação da natureza que traz a aquicultura como a saída. Como vamos proteger a natureza promovendo uma aquicultura que desconsidera a pesca artesanal de pequena escala? É necessário criar uma agenda de conservação da natureza, dissociada da aquicultura e construída com a pesca artesanal.

No Brasil há um processo de revisão das leis e todo arcabouço de regras e leis que regulam a pesca artesanal no Brasil. Isso está relacionado a diferentes grupos de conservação e desenvolvimento territorial, não necessariamente as bases. Com quais interesses e como a pesca artesanal estará inserida nisso? Como é a consulta pública nesses diferentes processos?

Um outro ponto relaciona-se aos aprendizados da pandemia. Nesse contexto pandêmico criou-se uma rede de solidariedade entre as comunidades, com troca de alimentos, atendendo as demandas dos outros. Como manter essas perspectivas de ajuda mútua, diálogos, trocas e parcerias estabelecidas na pandemia? Esta ação deveria ser contínua nos territórios, na perspectiva da segurança e soberania alimentar.

E por fim os processos de privatização em geral, tanto das Unidades de Conservação como do espelho de água, que está conectado com a agricultura, dos territórios e da gestão dos territórios. Esse Seminário acontece no território em que a Associação dos moradores assumiu a gestão do Parque Estadual que, se não fosse a comunidade, já estaria sob gestão de uma empresa privada e eles ficariam de fora da gestão do próprio território. Esse Seminário está fortalecendo esta perspectiva da comunidade ser empreendedora do seu próprio destino e não deixar que uma empresa venha e apenas faça a gestão para seu próprio lucro.

Sra. Maria Aparecida Ferreira - CONFREM, Brasil

É necessário prestar atenção que dependemos de pessoas. Em todos os espaços há pessoas comprometidas com o bem coletivo e aquelas que não estão. Temos lideranças que não pensam em bem comum e apenas no seu interesse. Quando nós lutamos pelo bem comum, pelas nossas tradições, precisamos estar alertas. É importante identificar quem nos representa, quem tem o bom viver e o bem querer, inclusive entre os gestores de áreas protegidas. Não tem outro caminho além da nossa própria organização. Enquanto assumimos a gestão do território, nós nos defendemos. Essa coisa de aquicultura é a mesma coisa da agricultura x agricultura familiar. É a mesma lógica que querem aplicar em nossos mares! Nós lutamos pela forma de vida que prega a alimentação saudável e nosso jeito de ser. Precisamos nos organizar.

Sra. Marly Lúcia da Silva Ferreira - CONFREM, Brasil

A nossa juventude tem migrado para os grandes centros. Referente a fala Caribenha sobre a questão da juventude e da mulher, é muito importante que estas questões sejam colocadas na educação como prioridade. Os jovens migram e acabam não reconhecendo sua própria identidade, o esforço da pesca artesanal. A pedagogia que é aplicada nas comunidades é a mesma aplicada nos centros urbanos. É necessário haver uma educação diferenciada para

nossos jovens, adequada à realidade da pesca artesanal com conscientização ambiental, valorização da mão de obra a trabalhar em harmonia com seu ambiente e permanecer no território, com politização em sala de aula, uma educação que abra diversas possibilidades. Por isso é tão difícil trabalhar uma educação diferenciada. Mas os governantes não querem a população e a juventude consciente de sua própria identidade e tomando decisões. Mas é através da Educação que conseguiremos mudar nossa situação.

Sra. Vivienne Solis Rivera, CoopeSoliDar, Costa Rica

Eu tenho uma pergunta ao Grupo Brasileiro. Eu ouvi que um dos pontos discutidos foi a promoção de Áreas Protegidas Marinhas. Eu penso que a pesca artesanal deve discutir esse tópico. Quando temos Áreas Protegidas Marinhas, acordos são realizados. É muito complexo como isso se desenvolve no cenário internacional. Há diferentes tipos de Governança, como a estatal, a privada, a compartilhada, e aquelas realizadas pelos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Em sua maioria, as Áreas Marinhas Protegidas têm sido geridas pelo estado na América Latina e Caribe, em processo implantado sem a consulta às comunidades tradicionais. Os pescadores artesanais são os últimos a saber os destinos de seus territórios. Temos a proposta de gestão privada na costa, mas o que acontece com a governança compartilhada e governança realizada pelos povos indígenas e comunidades tradicionais? Isto não tem sido falado nem discutido.

Grande porcentagem de áreas marinhas têm sido propostas para serem geridas por empresas privadas. Se aceitarmos essas propostas de governança na legislação nacional não há volta, as comunidades que lá estão perderão o direito do seu território e o território passará a ser tratado como área privada. As comunidades tradicionais devem demandar a governança compartilhada ou o direito de autogestão em respeito a soberania desses territórios. Eu gostaria que ficasse claro em que termos esse processo tem sido discutido porque, de outra forma, deixamos a porta aberta para que os governos continuem a desconsiderar e desrespeitar as necessidades das comunidades tradicionais.

Sr. Henrique Kefalás, Instituto Linha D'Água, Brasil

A discussão que foi feita em grupo sobre a defesa de áreas protegidas é mais na perspectiva das Reservas Extrativistas no Brasil, um modelo específico no Brasil que têm um número maior de representantes das comunidades do que no governo nos respectivos conselhos gestores. Defender as áreas protegidas em geral é bastante complexo.

Sra. Maria Aparecida Ferreira - CONFREM, Brasil

No Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC) no Brasil temos três principais categorias de unidades de conservação (UC) de uso sustentável: Reservas Extrativistas (ResEx), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Áreas de Proteção Ambiental (APA). As duas primeiras são criadas especificamente envolvendo populações tradicionais. As Reservas Extrativas são solicitadas pelas comunidades tradicionais, são áreas geridas e

gestadas por populações tradicionais; nelas a gestão é compartilhada. Mas claro, é uma ferramenta que nos força a nos organizar. A categoria APA é mais frágil, mas tendo uma boa gestão ela pode funcionar bem. Mas temos que fortalecer nossas ações.

Sra. Lívia Esther Arciniegas Liñan, CONFEPESCAR / RENAMUPES, Colômbia

Às vezes na Colômbia a criação de áreas protegidas é para estrangeiros, para os turistas, e não para os pescadores artesanais. Eles não consultam os pescadores artesanais na questão marítima. Eles fazem o que querem para promover o turismo, em especial nas áreas coralinas. Isso fez que os ancestrais como os indígenas e negros não possam pescar nessas áreas. Eles nunca foram consultados.

Sr. Adrian Bradfor La-Roda, CNFO, Bahamas

Em meu país querem fazer 30% das Bahamas em Áreas Marinhas Protegidas (AMP), áreas onde as famílias pescam por 100 anos. Minha organização e as famílias discordam da implantação de AMPs. O que se verifica é que, quando uma AMP é implantada, acaba virando desenvolvimento turístico: a área fica aberta aos turistas mas não aos pescadores. Importantes áreas com pesqueiros são transformadas em docas, marinas, algumas vezes resorts e isso é errado. Nossa associação discorda. Se é para ser AMP deveria ser para todos, sem marina, sem turismo, sem desenvolvimento costeiro. É necessário haver um equilíbrio. Você não pode simplesmente impedir a pesca e criar uma reserva com uma doca ou marina para que uma pessoa rica possa usar *jetsky* ou seu Iate. Não se pode impedir os pescadores de pescar simplesmente porque um bilionário não quer ver um barco de pesca em frente a sua casa!

Sra. Katia Barros, CONFREM, Brasil.

Quando no Grupo do Brasil falamos sobre AMPs, estávamos nos referindo apenas a categoria Reserva Extrativista/ResEx, que permite a inclusão de comunidades tradicionais. Este modelo brasileiro construído a partir dos blocos da Amazônia, foi implantado em áreas costeiras e marinhas. Temos inúmeros desafios. Podemos convidar o Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP) para falar dos territórios pesqueiros. A experiência com as APAs são exceções no modelo brasileiro. Podemos discutir melhor esta questão na próxima Sessão amanhã, que trataremos da Economia Azul. É necessário agora dar a palavra ao terceiro grupo.

Grupo dos representantes do Idioma Espanhol

Como este grupo teve um maior número de e diversidade de participantes, as discussões foram longas. No entanto, todos concordam que necessitamos unir forças para trabalhar em conjunto e fortalecer as organizações dentro dos países e aquelas que congregam países.

Problemas com AMPs são comuns. Há necessidade de leis específicas que envolvam a questão das áreas protegidas e a pesca artesanal. Apesar de no Brasil haver legislação de

áreas protegidas envolvendo comunidades tradicionais, não há nos outros países Latino Americanos.

Figura 7: Apresentação do Grupo idioma Espanhol pela Sra. Helia Espinoza, Brasil/Chile.

A expectativa é que as comunidades se unam para ser consultadas. Por outro lado, precisamos de conhecimento científico que considere o conhecimento dos pescadores. Também temos que entender que são poucos os pescadores regulamentados. Ter a documentação é importante para ter reconhecimento, ter proteção social, ter defeso, ter os direitos sociais assegurados. Os direitos sobre os territórios e a seguridade social é muito importante, em especial quando se trata de AMPs. É importante também para os pescadores ter a troca de conhecimentos: quando discutimos e vemos como acontece em outros países, podemos enfrentar o problema. Precisamos capacitar os pescadores e seus filhos, de maneira que a juventude participe, tenha estímulo e um papel na defesa dos territórios, e haja continuidade na atividade. Dignificar a pesca e participar do espaço político também é importante. Precisamos de direcionamento, que nos ajude para continuarmos com nossa atividade saudável e sustentável. Estamos falando da invisibilidade da pesca artesanal.

Temos o problema da pesca industrial não somente na costa. Os conflitos são enormes, incluindo casos de queima de barcos. Os impactos ambientais estão presentes também e temos que ter melhores práticas. A vulnerabilidade e violência são constantes, o risco envolve o tráfico de drogas, expulsão dos pescadores de suas áreas de pesca, invasão de espécies exóticas devido à aquicultura e consequente extermínio da fauna nativa nas nossas costas. Queremos continuar pescando. Temos as mudanças climáticas e grandes conflitos

nos territórios. É necessário ter a soberania dos territórios. A Pesca Artesanal é resistência e onde há pescadores e pescadoras, há segurança alimentar e vida.

Sr. Adrian Ribaric, Pesquisador NUPAUB/USP, Brasil

Ficou claro que os mesmos tipos de conflitos e problemas são semelhantes aos pescadores, independente dos países. Há consciência que os conflitos não são individuais, mas sim coletivos. Portanto as soluções também são coletivas e não individuais. Por isso viemos aqui no Seminário, para trocar, ouvir novas experiências e soluções. Com a organização e união, os pescadores deixam de ser invisíveis e legados apenas à marginalização. Deixar de ser acuado pela pobreza e ofensa cultural. Onde existe pesca artesanal há soberania alimentar. Ao pensar que a solução é coletiva e passa pela união coletiva, o pescador artesanal não é de pequena escala, porque alimenta o mundo!

Sr. Alejandro Bravo Avalos, WFF/ULAPA, Peru

Desde pequeno em casa nos ensinaram que somos irmãos soberanos da liberdade. Hoje somos irmãos soberanos da unidade. Se falamos de pesca artesanal, unidade é resistência, onde existe há pescadoras e pescadores artesanais, devemos ter soberania artesanal e segurança alimentar. Este livro que tenho aqui foi realizado em Roma e replicado no Peru, narra tudo o que fizemos em meu país, que também subscreve as Diretrizes Voluntárias da Pesca Artesanal, mas não as implanta. Temos que lutar para que as diretrizes sejam obrigatórias em cada país!

DIA 2: 03 NOVEMBRO 2022

4. Sessão 2: Seguridade Social, Educação e Saúde

Dia 03 de novembro é o dia em que se comemora a Independência de Panamá, desta maneira a Sra Marta Serrutt do Panamá explicou a importância da data e convidou a todos para comemorar com a delegação Panamenha este dia: “Viva Panamá!, Viva Panamá! Vida longa ao Panamá!”

Em seguida, a Sra. Kátia Barros (CONFREM, Brasil) abriu os trabalhos do dia apresentando a proposta da Sessão. Considerando os tópicos mais frequentes nas discussões do dia anterior, a Sessão 2 do Seminário ficou destinada à Seguridade Social, Educação e Saúde, uma vez que a questão das mulheres na pesca e conflitos com áreas protegidas seriam temas tratados em sessões específicas destinadas à questão de gênero e Economia Azul previstas para os dias seguintes.

A metodologia proposta foi iniciar as atividades com a colaboração de quatro falas iniciais dos participantes como elemento motivador, seguidas por discussão em grupos, apresentação dos resultados e discussão dos mesmos na plenária. Devido ao grande número de participantes que se comunicam em Espanhol, este grupo foi subdividido em dois. As perguntas norteadoras foram: (a) Quais são as boas práticas de Seguridade Social, experiências exitosas, mesmo que haja problemas, mas que estão encaminhadas no país? (b) E como está a questão da Educação diferenciada que respeite os territórios dos pescadores e pescadores? Seguem os resultados desta Sessão.

4.1 Troca de Experiências e conquistas relacionada a Seguridade Social, Educação e Saúde

Sr. Alejandro Bravo Avalos, FIUPAP, Peru

O tema da Seguridade Social nos é muito caro. Em 1997 depois de muita luta conquistamos a Lei N. 9.1177 de seguridade social que permite acesso a hospitais, clínicas, incluindo cirurgias de coração. O custo era de 5 Sóis/mês ou 60 Sóis/ano. Em 2016 o Ministro Bruno Iufa como administrador de fundos e canal TV, propôs recriar um seguro chamado “SOPA” Seguro Obrigatório de Pesca Artesanal com custo de 30 Sóis/mês. Se comparássemos, os benefícios de 5 Sóis eram para as 24h do dia, onde estivéssemos. O SOPA, obrigatório para pescador no meu país, custava 30 Sóis e só cobria enquanto durasse a pesca, e não fora dela. Era mais caro e com muito menos cobertura. Os valores subiram e no final perdemos o seguro, mas há necessidade dele. É muito importante para nós estarmos aqui com vocês. Nós vemos que aqui no Brasil as coisas estão mais adiantadas. Nada nos proíbe como federação fazer um convênio com seguradora com as condições anteriores, que era o seguro mais vida. Cada vez que conseguimos um seguro os senhores que estão por trás da política o tiram. Não somente eles querem nos eliminar como pescadores artesanais, querem também nos tirar de qualquer benefício. Parabéns ao Brasil que tem benefício no

momento de defeso, há subsídio para sustentar vocês. O período de defeso é uma forma de manter a pesca. A indústria também procura os pescadores através de financiamento, a economia está do lado deles, e criam inimigos entre nós. A seguridade social está falando também da aposentadoria. Em cada Sol que compramos, contribuímos com impostos. Nós temos número de identificação fiscal e já colaboramos com o governo. O setor pesqueiro artesanal precisa de modelo para todos os países. Que seja importante trocar ideias para ter benefícios para outros países.

Sra. Josana Pinto da Costa, MPP/WFFP, Brasil.

Temos seguridade social e experiências exitosas, mas nada vem sem luta. E falar de luta é falar de tempo, de muito sangue derramado, de luta da classe trabalhadora. No Brasil os pescadores artesanais e os trabalhadores rurais são segurados especiais. Pescadores e campesinos se uniram para fazer com que o estado reconhecesse sua atividade, sua categoria de trabalhador e trabalhadora. Hoje as mulheres podem se aposentar com 55 anos e os companheiros com 60 anos. Estamos enfrentando grande ameaça do atual governo, tivemos muita luta novamente para manter os seguros sociais adquiridos e manter estas idades limite. Nós pescadores artesanais pagamos R$ 37,50 referente a 8 meses de atividade sobre a comercialização da nossa produção. O pagamento depende do que se declara de produção. Apesar de cada pescador ter seu diferencial, temos um modelo padrão. A contribuição da previdência social no Brasil mudou de GPS para o DAI. A/o viúva/o tem direito a uma pensão vitalícia, inclusive se tiver filhos, no caso da/o companheira/o falecer. Em casos de acidente na pesca também há direitos, porém a perícia é muito demorada. Mas é possível ter auxílio maternidade, auxílio doença, pensão por morte, auxílio reclusão no caso do cônjuge ser preso. Temos ainda seguro desemprego possível. Atualmente o processo requer muitas provas, mas existem direitos garantidos para nós. Nós sonhamos que todos os pescadores tenham todos os benefícios garantidos, mesmo que haja muita luta. É necessário muita união. Tivemos o risco também da privatização da assistência social, mas não passou no Congresso. Precisamos sempre firmar nossa identidade: sou pescadora, sou trabalhadora da pesca e não “de apoio na pesca”. Somos de fato e de direito trabalhadoras da pesca.

Sra. Tatiana Cardoso, ACTIC, Brasil

Gostaria de ressaltar que o regime de contribuição é individual para seguro defeso. Cada um paga e tem os benefícios. Houve um período no qual era possível aposentar somente com a contribuição do homem. Eu consegui fazer muitos benefícios neste sentido, com a comprovação do marido, mas isso perdemos nos últimos anos. Hoje cada um precisa ter contribuição pessoal para ter seu benefício. No caso do falecimento do cônjuge a pessoa recebe. No caso de o pescador ser retido e ter a ex, o benefício é dividido e tem que negociar para que haja respeito para com a ex mulher e seus filhos.

Sr. David Chacon Rojas, CoopeTarcoles R.L., Costa Rica

Na Seguridade social temos forma de pagar individualmente. Pode ser que eu não trabalhe em pesca e é possível pagar um seguro voluntário se você for empreendedor. Nossa cooperativa tem um seguro diferenciado. Nos anos 90 a Cooperativa conseguiu fazer um convênio com o Instituto de Seguro Social. Nossa organização paga diretamente ao instituto de seguro social e os membros pagam à cooperativa. Houve um fortalecimento dado às organizações. No momento que o pescador se aposenta ele tem sua pensão, como assegurado direto pago, mas estende a esposa e filhos. É essencial ter um seguro social e é importante que a comunidade entenda que geramos um bem comum na sociedade.

A cooperativa cobra os associados, se alguém não paga a contribuição, tiramos do próprio orçamento da COOPETARCOLES. Como somos nós que administramos nossa planilha, avaliamos a situação e os motivos pelos quais aquele pescador deixou de pagar, a pessoa pode ter tido uma pesca ruim ou perdido seus equipamentos, por exemplo. Deixar de pegar o seguro não perde o direito a Cooperativa. Mas se a pessoa é irresponsável avisamos que vai sair do seguro e solicitamos três meses. Geralmente ela paga. Nós decidimos quem entra e quem sai, se o pescador fica ou é retirado da Cooperativa. Existem organizações que querem ter seguridade social mas não pagam. Nesse caso é o coletivo que está em jogo. A gente pode se assegurar por forma da cooperativa ou ir diretamente com o estado.

Eu tenho 65 anos, e como proprietário da licença de pesca eu tenho direito de passar para um parente direto. Alguns fazem de maneira irregular, fazem uma combinação e tem pessoas que vendem a licença, por volta de USD 5000.

Sr. Norberto Romero Palacios, FACOOPADES R.L., El Salvador

Nós como FACOOPADES também pesquisamos sobre seguridade social e a FAO nos apoiou América Central sobre seguro social. Isso se aplica também para República Dominicana e México. Eu gostei que na Costa Rica tem seguridade social também. Nós em El Salvador não temos. Temos seguro especial, idade até 60 anos, mas temos pescadores trabalhando até 70 anos.

Esse seguro cobre invalidez, morte, maternidade; se minha esposa estiver grávida, cobre também. A aposentadoria da Costa Rica é de 65 anos. Eu quero me aposentar, mas para aposentar perde a licença de pesca por não estar exercendo a atividade. Então a pessoa decide não querer o seguro e continuar pescando. São decisões pessoais.

Sr. Adrian Bahamas, BCFA/CNFO, Caribe

No Caribe todas as pessoas têm que contribuir para um fundo nacional, se você é autônomo como os pescadores, deve contribuir para esse fundo. Se eu empregar alguém, eu pago 80% e o empregado paga 20% ao fundo durante o tempo de trabalho. Temos aposentadoria aos 65 anos e recurso pelo resto da vida. Se você morrer, o recurso vai para o cônjuge. Em relação aos menores, temos um valor até os 18 anos. Se ficar doente ou perder a vida, recebe USD 5.000. Se ficar doente, terá todas as despesas pagas até ser resolvido. Se ficar

desempregado, você terá auxílio desemprego porque já pagou ao fundo 2% do valor do salário. Nós temos que lutar para ganhar mais. Temos muitas doenças, o trabalho do pescador é muito complicado e após 10 anos passa a sofrer de vários problemas. Tudo que nós pagamos, pagamos para este propósito.

Sr. David Chacon Rojas, CoopeTarcoles R.L., Costa Rica

Esse regime que vocês têm é muito melhor que o nosso. Eu comecei aos 40 anos, eu tenho 65 anos e tenho todas as cotas. Mas iniciando jovem, se não pagar todas as cotas, aí você recebe menos. Mas isso é parte da luta e estamos aqui para compartilhar experiências.

Sr. Miguel Alfonso Avalos Medina, Secretário da CONAPACH, Chile

Existem experiências que possam inspirar, experiências positivas. Eu quero falar mais das questões, entender a razão do que nosso grupo falou da América do Sul. Mas nossa vivência foi muito diferente, queríamos mudar de país. Não é a mesma coisa para nós. Nosso país está vivendo um problema enorme com as pensões, teve convulsão social. Temos uma experiência com o Peru. “Temporeiros” – pagar um sistema que é de previdência, pagar as seguradoras, mas como a gente tem uma geração bem nova, se conseguimos pagar as cotas, seria muito semelhante a pensão do governo. O que aconteceu nesse tempo? Não teve melhora. Conseguimos inserir seguro de vida obrigatório somente quando morre. Tivemos muitas reuniões para melhorar este sistema, mas está diretamente relacionado a pagar mais. Estamos há anos luz deste sistema. Que este seminário nos sirva para uma posição na américa latina em todo mundo. Nossos governos estão mudando por decisão dos cidadãos, nosso governos têm que mudar e apoiar todos os setores que têm importância para segurança alimentar. Essa troca aqui é uma boa experiência.

Sra. Líbia Esther Arciniegas Liñan, CONFEPESCAR/RENAMUPES, Colômbia Federação das pescadores e ambientalistas

O seguro social na Colômbia é para a pesca industrial. Os pescadores artesanais não têm recurso suficiente para pagar uma pensão. Quando temos um contrato grande, aí sim nós contratamos para pagar saúde e pensão, mas isso não abarca todos os associados, mas apenas os que trabalham no contrato.

Nós pescadores artesanais não temos pensão ou aposentadoria. Fazemos de forma pessoal com nossas economias, mas pelo estado é uma cota mínima de 80.000 Pesos a cada 2 meses para os idosos. É um pagamento de miséria. Este novo governo está propondo 500.000 Pesos a cada dois meses, o que é irrisório. Isso é o único que nós pescadores podemos conseguir na Colômbia.

Sra. Patrícia Mercedes Santos Barreto, FENACOPEQUE, Equador

Nossa experiência é um pouco parecida com a Costa Rica. Nós temos o Instituto Equatoriano de Seguridade Social que compreende o seguro das pessoas que trabalham, um empregado de alguma instituição pública e privada. Com relação aos pescadores artesanais não temos seguridade como pescadores. Depois da luta da FENACOPEQUE conseguimos incluir um seguro camponês para os agricultores, mas os pescadores não estão totalmente incluídos, apenas 20 a 30% estão. Lutamos para que 100% seja incluído neste seguro. É igual a menos de 5 USD/mês e cobre assistência médica, aos filhos, cônjuge, aposentadoria aos 65 anos e a pensão é de USD 100/mês. Quando falece, o cônjuge tb recebe. Atualmente isso é um problema, porque apesar do seguro social, o governo nacional está falido com problemas de recursos. Na Saúde, por exemplo, não temos anestésicos, gaze, ou recursos para cirurgias. Ter um seguro social não serve para nada porque não há recursos do estado, na saúde, para fazer um bom atendimento. Muitas pessoas chegam ao hospital e acabam morrendo pela falta de atendimento. Se tem um médico conhecido e entra numa clínica particular, você consegue atendimento, mas se depender do sistema nacional o risco é grande.

Sr. Nilmar Conceição, MPP, Brasil

Conforme Josana falou, temos esse sistema, mas não é maravilha. Na questão do Miguel no Chile, é importante este encontro porque sabemos que é divulgado, o governo que saiu queria copiar o sistema do Chile, é importante esse encontro justamente para compreender. Aqui nós nos apresentamos aos 55 anos e 60, mas seguimos pescando.

Sra. Josana Pinto da Costa, MPP/ANP, Brasil

Benefícios sociais na nossa região sempre foi pedido que tivesse a contribuição da previdência social GPS. Há o pescador de subsistência e a lei não garante seguro defeso. A Guia de Previdência Social GPS é sim importante. No caso do defeso fica três meses sem pescar. Temos pescadores que não querem deixar de pescar e ele não requer o seguro defeso. Estratégia do defeso é para conservação. Determinar a parada da pesca são coisas distintas.

Sr. Gilberto Ribas, CONFREM, Brasil

Nós pescadores temos vários direitos. Nós estamos incluídos no Sistema Único de Saúde (SUS) do BRASIL, o que inclui medicamentos, consultas, acompanhamento médico na família e os casos mais graves podem ser encaminhados aos hospitais. Há também sistema privado, que é pago.

Outro benefício que temos é o defeso, se pescarmos uma espécie que, por lei, é necessário parar a atividade por determinado período para o defeso. No meu caso pescamos lagosta 6 meses sim e 6 meses não. Recebo ajuda de R$ 1.200 ou USD 200 no período de pesca proibida. E então a aposentadoria, pensão, auxílio maternidade. Já como sugestão precisamos construir uma cartilha sobre o que Brasil tem, Chile e qual a estratégia coletiva

através dessa articulação possamos ter o básico para todos.

Sra. Marly Lucia da Silva Ferreira, CONFREM, Brasil

Já com relação à Educação, a sociedade brasileira percebe que a educação foi criada para uma elite e não para a população em geral. A classe trabalhadora já percebeu que este modelo de educação não nos atende. Nós pescadores percebemos que a educação imposta está muito aquém do que queremos. A mulher para ser atendida na previdência social não pode se apresentar arrumada e maquiada, porque deixa de ser reconhecida como trabalhadora da pesca. De que forma transformamos isso? Como novos modelos de pedagogia moderna que estejam de acordo com a necessidade da população. A creche é um direito social e, no caso dos pescadores, os horários deveriam acompanhar a atividade da pesca, que acompanha o horário da maré, que é diferente do horário comercial. O governo nos deve isso.

Não é a população que tem que estar a serviço de um sistema, mas sim o sistema que tem que estar a serviço da população. No Pará temos quatro escolas modelo: escolas de tempo integral, nas área rural. O filho do trabalhador rural chega na escola, almoça, aprende as boas práticas ambientais, produz o alimento e vai ensinar na escola normal, na comunidade, na família aquilo que aprendeu. Mas este modelo é voltado à agricultura rural. Precisamos adaptar este modelo à pesca artesanal. É um movimento que tende a crescer e beneficiar todas as famílias que vivem da pesca e extrativismo marinho. É uma demanda que vem do movimento social.

Através da educação da pesca, da pedagogia da maré, os jovens vão aprender a valorizar a atividade e sua produção em alimento. O pescador não produz comida, mas sim produzimos alimentos de qualidade. Nós somos os detentores de saberes que vem de nossos ancestrais e isso precisa continuar. Amanhã nós passaremos e precisamos deixar nossa sabedoria com os jovens. Eles precisam se apropriar de sua identidade e práticas. Os jovens têm que saber que não são meros eleitores para delegar poder, mas sim cidadãos com direitos, e que direitos vêm através da luta. Precisamos transformar a sociedade. Porque nossos filhos não querem trabalhar na nossa atividade? Por que a educação que temos é a que nos prepara para ir à cidade! Precisamos continuar lutando para que os jovens peguem nosso conhecimento, nosso pertencimento

É com a pedagogia da maré que se ensina a cuidar do peixe e do caranguejo, que ensina a não descartar, que mostra para a jovem que ela não precisa mudar para a cidade e ser uma empregada doméstica. Mas que ela pode usar seu território para trabalhar e receber a partir da riqueza da natureza. Pode mostrar os ninhais, os colhereiros, definir uma foto a R$ 10 o cachê, ou hospedar turistas, cujo pagamento auxilia na limpeza da casa. É necessário discutir essas possibilidades nas escolas, nos sindicatos e colônias, fomentar. Esse é o desejo de formação social. O estado é o responsável por não dar os direitos previstos na constituição. A educação ainda é a porta de entrada para todos os lugares onde queremos ir. Sonhar nunca foi pago, é gratuito. Mas sozinho não dá certo. Só vale sonhar coletivamente. É transformar a sociedade, também fazendo valer o nosso desejo.

Sra. Maria Aparecida Ferreira, CONFREM, Brasil

É muito positivo estarmos aqui, entendendo diferentes realidades. Sou de movimentos pesqueiros, meus pais e meus avós eram pescadores. Fizeram-nos acreditar que somos miseráveis. Mas nós optamos por viver nossa cultura na simplicidade como forma de ser. Não somos pobres, somos muito ricos. A economia familiar na pesca artesanal dá muito recurso, diferente da pobreza na cidade. Nosso lugar é muito lindo. Vivo numa APA, Área Marinha de Mar Grosso. Como as lagoas ficaram fora, buscamos a criação da Resex para assegurar a pesca artesanal. Com a gestão compartilhada, o manejo da área é feito com a população tradicional e o governo. Como nossa organização, conseguimos que a abertura da Lagoa seja feita com o conhecimento da pesca artesanal para a pesca artesanal, e não tenha mais foco no turismo. O Ministério Público Federal/MPF solicitou workshop para mostrar nossa experiência para outros países. Podemos sim, como comunidade, fazer a mudança, mas precisa estar organizado.

Sra. Maria Martilene Rodrigues de Lima, MPP/ANP, Brasil

Precisamos de uma Educação Popular nas comunidades.Se não temos nossa juventude entendendo quem somos, qual o nosso território, qual nossa história e identidade, eles abandonam nossos territórios para a grande cidade, em busca de trabalho, e isso não queremos. A educação nos ajuda a nos manter no nosso território.

Sra. Libia Esther Arciniegas Liñan, RENAMUPES/ CONFEPESCA, Colômbia

A Educação no nosso país é gratuita, mas o currículo não abrange o conhecimento que os pescadores artesanais têm. Nós queremos introduzir no Currículo nossa própria história, nosso conhecimento como pescadores artesanais. Na educação local algumas escolas em nossos territórios têm ênfase em agricultura e pesca, mas não incluíram conhecimento ancestral. Não se ensina como construir uma canoa, como reconhecer as espécies de peixes que temos nos nossos mares. No ensino de Engenharia da Pesca, a abordagem é industrial, numa abordagem de ciência predatória. É importante que nosso conhecimento seja introduzido no currículo oficial. Estamos conversando com as mães nas comunidades para ensinar às crianças o nosso conhecimento relacionado à pesca. Se falamos que somos “pescadores pobres”, estamos colocando estas ideias nas cabeças das crianças e eventualmente elas não querem continuar nossas tradições na pesca artesanal. A sucessão geracional se perde. Temos que integrar nosso conhecimento no currículo de maneira que possibilite transição entre gerações na pesca artesanal.

Sra. Nadine Orchid Nembhard, CNFO, Belize (1:49)

No Caribe deixamos de depender do governo, ou das escolas para implementar um Sistema de Educação. Há três anos a CNFO fundou um Instituto de Liderança onde compartilhamos saberes e experiências como aqui. Todos os anos oferecemos nove módulos que duram nove semanas, uma hora por sessão. É gratuito, online, mas apenas em inglês. Os módulos envolvem temas como conservação, negociação e advocacy. Nós desenvolvemos a capacidade profissional na pesca a partir do conhecimento que já temos. Temos orientação

de universidades, mas nós dirigimos o instituto, não eles. Não dependemos de patrocínios ou de qualquer fundo, nós que realizamos o programa. Nós pensamos no futuro. Quando se vai para a Universidade, é em busca de uma certificação. Não precisamos de qualquer certificação, porque conhecemos e trabalhamos com a pesca. Já somos doutores na pesca artesanal.

Sra. Lorena Elodia Ortiz Martinez, CONMECOOP, México

No México há sete anos temos um Programa Nacional para fortalecer organizações de pesca artesanal. A formação envolve diferentes temas como cooperativismo, resolução de conflitos, lideranças, economia. Temos profissionais especializados na educação de pescadores. O programa é adaptado aos ritmos na pesca, por exemplo, é oferecido nos períodos em que a pesca está fechada. Temos parcerias com algumas ONGs, para assegurar os recursos necessários.

4.2 Apresentação dos Grupos sobre Seguridade Social, Educação e Saúde

Grupo dos Representantes do Brasil (Português), apresentado por Tatiane Cardoso, ACTIC e Gilberto Ribas, CONFREM, Brasil

SEGURIDADE SOCIAL

Reconhecemos a Importância das diferentes experiências de seguridade na américa latina, entendemos que muitas lutas aconteceram no Brasil, muito antes da constituição federal, e nesse processo histórico criou-se uma legislação específica ao pescador, mas muito vinculada à agricultura. É necessário estabelecer políticas direcionadas à pesca, reconhecendo seu caráter de multiatividade. Entendemos que as ações devem ser coordenadas para incidência política e que o fortalecimento interno das organizações representativas (formação, entender as leis) é também importante. A luta deve permanecer.

Reconhecemos a necessidade de Campanha de divulgação dos direitos de pescadore/as artesanais e a importância da seguridade social, com materiais sobre os direitos adquiridos para a pesca artesanal, evitando assim falta de informação, dependência das colônias ou de pessoas não comprometidas. Nesse processo deve também haver formação aos servidores da previdência social para que pescadores sejam tratados com respeito. As campanhas devem servir também para os outros países e servir para as políticas públicas. A união dos movimentos em pautas únicas nacionais e na América Latina e Caribe são importantes.

EDUCAÇÃO

Em termos de Educação é necessário inserir conhecimento tradicional na educação formal. Neste processo deve-se resgatar programas eficazes (“pro jovem”, “sabores da terra”) e adaptá-los à pesca, não apenas à agricultura. Considerando a experiência das “Casas de familiares rurais”, deve-se fortalecer e difundir a experiência “Escola das águas”, além de promover intercâmbio de experiências e saberes (inclusive entre países, mas levando

idiomas em consideração) e assim expandi-los. A partir da inserção das comunidades tradicionais, adequar a grade curricular e contratar profissionais das comunidades locais.

Devemos lembrar que no Brasil temos cerca de 8.000 km de litoral além de rios, florestas, lagoas, climas diferentes, rica biodiversidade. São muitas experiências em projetos pequenos que precisam ser articulados e a educação deve ser diferenciada, não apenas no Brasil mas para todos na América Latina e Caribe.

SAÚDE

Saúde mental deve ser prioridade, assim como o reconhecimento das doenças ocupacionais da pesca artesanal pelo sistema nacional de Saúde. É necessário o atendimento diferenciado, com especial atenção ao registro de acidentes de trabalhos, na pesca e com embarcações. Os antídotos às picadas de peixe devem também ser estudados e reconhecidos.

Temos alguns avanços para a saúde diferenciada, mas é necessário avançar muito mais. Faltam informações, dados, registro para os diversos tipos de doenças que os pescadores artesanais têm e assim ter políticas públicas adequadas. Estas questões são ligadas a falta de visibilidade e reconhecimento da atividade da pesca artesanal como categoria e importância dos povos tradicionais. Tanto o sistema de Educação e Saúde, que se complementam, devem ser adequados às condições dos campos, campos, florestas e águas.

Por fim, é ainda fundamental reconhecer as medicinas tradicionais e valorizar os saberes e remédios tradicionais, inclusive em encontros como esses com chazinho de capim santo, etc. Manter a cultura viva, fortalecer os quintais vivos, chás e o conhecimento de nossos ancestrais.

Grupo dos representantes Caribenhos no Seminário (Inglês) - Apresentado pelos Sres. Glaston Albert White, Jamaica e Devon Stephen, Saint Lucia

SEGURIDADE SOCIAL

Precisamos ter uma categoria especial de seguridade social para os pescadores artesanais, num sistema nacional que cuide da saúde. E fomentar entre os pescadores a consciência da importância da seguridade social, inclusive de longo prazo. Nós como organização apoiamos o esclarecimento aos pescadores sobre a importância e benefícios da seguridade social, como aposentadoria. Esses benefícios têm que ser em termos coletivos para garantir os direitos sociais aos pescadores artesanais. É importante fortalecer organizações da pesca artesanal para melhor representar os pescadores e seus direitos sociais. Nós trazemos pescadores que já se beneficiam de ter seguro social e que já tiveram acidentes em alto mar, que foram atendidos emergencialmente no hospital, que recebem o benefício para explicar aos outros pescadores sobre esse processo e a importância da contribuição ao sistema de seguridade social. Nós somos trabalhadores da pesca artesanal e devemos

trabalhar com nossos grupos.

EDUCAÇÃO

As Organizações Nacionais de Pesca (ONPs) devem fomentar ações do governo para educar pescadores sobre seus direitos sociais envolvendo a pesca artesanal, assim como também devem encorajar os pescadores associados a participar dos sistemas de seguridade social, assegurando assim acesso ao plano de aposentadoria. No caribe temos agências e segurança social que são privadas. Nem todos os países são exatamente iguais, então as melhores práticas podem ser compartilhadas entre as ONPs.

Cursos, mídia social, campanhas, outdoor, workshops e intercâmbios são estratégias que devem ser usadas nos programas educacionais. Diferentes meios devem ser usados para que a informação chegue aos pescadores em nossos diferentes países, criando conscientização. E as melhores práticas compartilhadas

Novas pedagogias, métodos e linguagens adequadas aos pescadores artesanais devem ser utilizadas nos programas educacionais. Em termos da linguagem, além dos jargões específicos da pesca artesanal, deve-se considerar os idiomas locais, não apenas os oficiais. O Creoule, por exemplo, é o idioma que a maioria dos pescadores artesanais entende na Jamaica e não o Inglês. Quanto mais simples e direta a informação melhor. A organização nacional deve ter parcerias com instituições de educação. Temos programas educacionais nos quais os alunos vêm até os pescadores e compartilhamos nosso conhecimento e experiência, é uma troca entre nós e os estudantes e todos os interessados na pesca.

SAÚDE

As Organizações Nacionais de Pesca (ONPs) devem fomentar a regulamentação de iniciativas em saúde. Em Saint Lucia temos um mês voltado à saúde, com atendimento gratuito a profissionais de saúde para triagem de doenças, trocar informações e entender o estado de saúde dos pescadores.

Deve-se criar parcerias com a academia para estudar especificamente questões de saúde ligadas à pesca artesanal, de maneira a documentar os diferentes tipos de ferimentos e doenças específicas da pesca artesanal. Temos que tornar oficiais as doenças existentes na nossa prática da pesca artesanal, para que possam ser reconhecidas oficialmente, entrarem na cobertura dos seguros, sermos atendidos e termos acesso aos benefícios.

É necessário identificar e promover medidas preventivas. Em prontuários de médicos envolvendo diabetes ou intoxicação alimentar, por exemplo, não se discute a causa mas somente os sintomas da doença. Discutir temas como dietas e estilo de vida saudáveis devem ser também prioridades nas medidas preventivas. É importante prevenir as doenças e não apenas registrá-las.

Apesar de haver fundo de ajuda ao plano de aposentadoria para homens e mulheres nos países Caribenhos, isso não se aplica para os pescadores. Estamos tentando tornar oficial

que a aposentadoria para pescadores e pescadoras seja viável e acessível a todos, e também demonstrar o benefício de ter aposentadoria com idade adequada à prática profissional.

Deve-se ampliar programas de segurança no mar, com uso de equipamentos de segurança, e capacitação em primeiros socorros, por exemplo, para que os pescadores possam atender no barco as doenças ou situações de emergências que acontecem. Há formas de evitar doenças específicas e há cuidados básicos simples que podem ser usados para evitar complicações.

Por fim, deve-se promover a carne do peixe como dieta saudável. Há muitos tipos de peixes com diferentes qualidades nutricionais. Não necessariamente as espécies mais consumidas são aquelas mais nutritivas.

Grupo A dos representantes do idioma Espanhol - Apresentado pela Sra. Marta Machazek de Serrutt, Panamá

SEGURIDADE SOCIAL

Nós os pescadores artesanais somos trabalhadores produtivos e fazemos a segurança familiar. Então é importante que seja criado sistema de seguridade social diferenciado, exclusivo e acessível para as pessoas trabalhadoras da pesca artesanal. Benefícios ligados à invalidez, velhice e morte devem estar presentes. E que na criação, já estejam esclarecidas as necessidades de cada região pesqueira. A seguridade social não está igual em todos os países. No Panamá o seguro social está para as empresas e é muito alto, cerca de 30% do salário do trabalho, valor que não permite ao artesanal pagar esta cota. Na Costa Rica, Chile e Brasil já está mais avançado.

Uma das estratégias é ter o sistema de seguridade de maneira corporativa, isto é, que ocorra com a participação direta das organizações da pesca artesanal, para que seja restrito aos pescadores artesanais e não a qualquer pessoa. Outra estratégia é o aporte solidário na contribuição, isto é, que a contribuição a ser paga seja compartilhada entre governo, dono de barco, etc.

EDUCAÇÃO

Dentro dos programas educativos do Ministério de Educação deve-se implementar temas das comunidades pesqueiras, tanto da atividade pesqueira como da cultura ancestral, com eixos transversais aos conteúdos programáticos. Neste processo é estratégico estabelecer parcerias com universidades e ONGs para conseguir cursos, capacitações sobre a pesca ou as questões que a comunidade pesqueira demandar. Programas informativos educativos por meio das redes sócias em rádios são também estratégicos para que haja circulação de informação sobre a pesca artesanal, informações nacionais, internacionais e locais. O rádio para os pescadores é um importante meio de comunicação e deve ser usado também para informação. Programas especiais para a alfabetização e educação de adultos devem ser

permanentes. Muitos pescadores ainda não sabem ler e escrever, e necessitam dessa oportunidade.

SAÚDE

Saúde não é somente cuidar do doente. Saúde é prevenir. Precisamos de programas de prevenção de saúde, assim como programas de saúde ocupacional. Nós pescadores pegamos peso grandes, de maneira inadequada e não temos o cuidado necessário nem a informação. Há muitos acidentes. Programas de prevenção são necessários na saúde. Sabemos que temos o risco dos peixes com veneno, mas não existem protocolos de saúde sobre como tratar uma pessoa que seja picada por peixe Leão, por exemplo. E o efeito não é igual para todas as pessoas, como dor, inchaço, etc. Em saúde ocupacional existem comunidades em que todos os mergulhadores estão surdos, porque mergulharam sem orientação e no final da vida são surdos.

Além da prevenção e do reconhecimento das doenças laborais, é também fundamental a implementação de centros de saúde em comunidades locais. Chegando nas comunidades não há atendimento médico e muitas vezes as pessoas doentes ou acidentadas precisam viajar 2 a 4 HORAS para serem atendidas.

Grupo B dos representantes do idioma Espanhol

Sra. Mayela Quispe Gamarra, Peru

Com relação às “Diretrizes Voluntárias para Pesca Artesanal”, queremos que sejam implantadas efetivamente em todos os países da América Latina e Caribe. Nelas estão incluídas as questões de Seguridade, Educação e Saúde. E devem ser divulgadas em todos os idiomas, inclusive naqueles dos povos originários. E sua divulgação deve utilizar as redes sociais e de trabalho dos pescadores. E ainda devemos solicitar que no próximo encontro COFI haja um painel específico sobre seguridade social para a pesca artesanal. A seguridade social não é problema de um ou outro país, mas de todos os países Latino Americanos e Caribenhos.

Sr. Alejandro Avalos, Peru

Em termos de seguridade social sempre temos diferenças de um país e outro, no entanto a indiferença dos governo para com os pescadores artesanais é muito semelhante em todos os países. Infelizmente tenho que mencionar que a corrupção reinou por mais de 30 anos no Peru hoje, que temos um presidente que quer promover mudanças, mas o legislativo não permite. Nós queremos que a integração entre os países fortaleça a implantação das medidas de seguridade social. Temos a oportunidade de nos integrarmos mais; é importante termos legislação que possa ser aplicada a todos, e todos tenham acesso a seguridade social e sistema de saúde.

Com relação à educação, defendemos que todos os acordos de pesca sejam traduzidos em

todos os idiomas de maneira que todos tenham acesso a informação, inclusive nos idiomas dos povos originários. Deve haver um programa de divulgação dos acordos nos idiomas maternos. Os Maratons, por exemplo, têm sua existência muito vulnerável e é fundamental que os acordos sejam traduzidos no seu idioma materno.

Em termos de Saúde, na pandemia de Covid-19 nós alimentamos com peixe fresco na mesa da população, sem sabermos a dimensão do monstro que enfrentávamos. Com nosso trabalho, alimentamos e apoiamos o sistema imunológico de todos. Somos heróis anônimos e devemos exigir que no mundo haja legislação adequada à pesca artesanal.

Norberto Romero Palacio, El Salvador

Quase tudo que falamos de seguridade social, educação e saúde já foi falado nas Diretrizes Voluntárias de Pesca Artesanal, publicadas pela FAO em 2014. Temos mais de 10 anos trabalhando nisso na América Central, mas a maioria dos pescadores desconhecem. Já se passaram oito anos desde que as Diretrizes foram publicadas e dá tristeza saber que muitos pescadores desconhecem completamente esse acordo. Em El Salvador fizemos um grande esforço para publicar as Diretrizes. Publicamos 1400 cópias e distribuímos entre os pescadores. Todos precisam conhecer. O problema é como implantar um sistema de seguridade social decente para a pesca artesanal.

Na América Central publicamos 200 exemplares para cada federação, mas somente os líderes conhecem o documento, o conhecimento não chegou às bases. Este documento é dividido em três partes. A 2a parte fala sobre Seguridade social e outras questões importantes. No sexto item desta segunda parte, o título é “Desenvolvimento Social, Emprego e Trabalho Decente" e indica 18 ações que nossos governantes devem fazer. Entre elas indica como profissionalizar o setor pesqueiro. Mas como profissionalizar se não sabemos usar as novas tecnologias, como por exemplo GPS? Enviamos os pescadores de El Salvador para capacitação no Peru, para aprender a pesca por satélite em mar aberto. En El Salvador não temos técnicos no país para reparar os motores! Devemos também ter capacitações nesse sentido. Precisamos também falar dos outros direitos sociais fundamentais como moradia e saúde entre outros. E temos tudo nesse documento (Diretrizes Voluntárias da Pesca Artesanal). Precisamos pensar em ações, porque as Diretrizes já temos. O que vamos fazer é pressionar os governos para implementar efetivamente as Diretrizes. A FAO não pode impor aos países, então temos que criar pressão em nossos próprios países. Sem isso não conseguiremos implantar na América Latina e Caribe.

5. Sessão 3: Desafios e Estratégias de Enfrentamento à Economia Azul

5.1 Informações Iniciais

Para iniciar as atividades do dia, os Srs. Alfonso Simon Raylan (Panamá), Vivienne Solis Rivera (Costa Rica) e Nestor Edgardo Roche (Argentina) foram convidados a compartilhar com todos os participantes processos chave que estão envolvidos no contexto internacional e impactam diretamente a pesca artesanal. As três falas tiveram como objetivo colaborar no desafio que a atividade enfrenta em termos de como atuar cada vez mais forte junto a outros setores econômicos poderosos. As Sras Lorena Ortiz Martinez (México) e Josana Costa Pinto (Brasil) complementaram as informações. Em seguida, o Sr. Leopoldo Cavaleri Gerhardinger (Brasil) fez uma apresentação específica sobre Justiça Azul na pesca Artesanal na América Latina, baseado no relatório coordenador por ele e recém publicado pelo ICSF "Tons azuis desconcertantes: enfrentando os impactos da economia azul na pesca artesanal na América Latina" (Acesso pelo link https://www.icsf.net/resources/baffling-shades-of-blue-economy-latin-america/). A partir destas contribuições, os participantes foram novamente divididos em grupos para poderem discutir em detalhes os desafios e estratégias de enfrentamento à economia azul. Desta vez o grupo de idioma Espanhol foi dividido em dois, devido ao grande número de participantes. Os resultados de cada grupo foram apresentados e discutidos em plenária. Seguem os principais temas levantados.

Sr. Alfonso Simon Raylan, SITRAMAR, Panamá
Quando falamos do mundo, o mundo somos nós, quando falamos da pesca artesanal, falamos somos nós! Esta brochura que agora compartilho é sobre as Diretrizes para a Pesca de Pequena Escala[1], foi assinada por 13 organizações pesqueiras internacionais, foi preparada para nos defender e também para que os governos nos levem em consideração. Ela indica cinco temas na defesa dos pescadores artesanais de todo mundo:

1. Garantir com urgência o acesso preferencial e a gestão colaborativa de 100 % da zona costeira
2. Garantia a participação das mulheres e apoiar seu papel na inovação
3. Proteger a pesca de pequena de escala dos setores concorrentes da economia azul
4. Ser transparente e responsável no manejo e gestão pesqueira
5. Construir comunidades resilientes para enfrentar as mudanças climáticas e oferecer perspectivas aos jovens.

Esta publicação está em nome de todos pescadores. Temos direitos na pesca assim como direitos sociais. É preciso defender esses princípios.

[1] As diretrizes voluntárias para a Pesca de Pequena Escala foram aprovadas como instrumento internacional em Junho de 2014. Foram criadas como resultado de uma longa história de luta dos trabalhadores da pesca artesanal em todo mundo, solicitando reconhecimento de seus direitos e seu papel no setor pesqueiro nos seus países.

Sra. Vivienne Solis Rivera, CoopeSoliDar, Costa Rica

Os companheiros da Ásia, África e América Latina e Caribe apresentaram isso no Congresso do Oceano em Lisboa, realizado pela ONU. Essas diretrizes devem ser retomadas na reunião da Convenção sobre Diversidade Biológica/CDB. O esforço é inserir as Diretrizes da Pesca de Pequena Escala no contexto real, que acontece a nível de governo. As demandas que vocês levam como pescadores artesanais devem ser levadas ao mundo inteiro, do contrário, não serão ouvidos pelos governos.

Em termos globais vou focar na CDB, porque decidiram fazer um marco global de biodiversidade. A CDB é assinada por 196 países, quase todos assinaram menos EUA e Vaticano. Agora a questão marinha está em voga. Nas estratégias para os próximos 10 anos (2020-2030) existem três temas a serem aprovados pelos países na COP 15, em Montreal, em dezembro próximo, que precisamos prestar atenção.

Há uma nova categoria de área protegida para os Oceanos - As EBSAs[2] ou Áreas Marinhas de importância Biológica ou Ecológica (Ecologically or Biologically Significant Marine Areas) em nível internacional. São propostas de acordo com uma série de critérios ambientais, como áreas únicas ou raras, importantes para espécies em risco, perigo ou vulneráveis, áreas com alta vulnerabilidade, fragilidade, produtividade biológica e biodiversidade. Quando os governos fazem isso, eles solicitam a CDB assinar o acordo. Uma vez aceito, o governo propõe criar uma área marinha protegida. Mas temos as “OMCs” ou “Outras Medidas de Conservação baseada em Área” que não são reconhecidas como áreas protegidas, mas são áreas que têm características particulares. Um exemplo de “OMCs” podem ser as áreas marinhas de pesca na Costa Rica. Elas não são reconhecidas como áreas protegidas marinhas, mas sim formas de governança entre pescadores e governo. Eles dizem que a partir desse marco global de biodiversidade, os governos podem solicitar que as outras formas de conservação tornem-se áreas protegidas. Mas o que acontecerá com o processo de tomada de decisão se áreas de pesca citadas antes, se passarem a ser consideradas como áreas protegidas ou de conservação? O que acontecerá com as áreas marinhas que não foram reconhecidas pelo governo, mas que poderiam chegar a ser, e que passaram a ser consideradas como Áreas Protegidas?

O segundo tema é a questão 30 x 30 com relação aos objetivos internacionais de conservação da biodiversidade. Existe um consórcio de França, Costa Rica e 30 países que inclui as áreas marinhas. Mas não esclarece se será em termos globais ou por país. Porque na Costa Rica, por exemplo, 30% do país é quase todo mar que temos. Qual o impacto disso para os pescadores? Ou será 30% em todo planeta? Há ainda a questão de áreas marinhas protegidas totalmente fechadas à pesca. A sociedade civil e os pescadores artesanais estão solicitando que haja consentimento prévio, livre e informado, e que sejam considerados os direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais. Decisões territoriais como esta podem ter efeito muito sério no uso de recursos dos países e no direito ao desenvolvimento econômico de cada país. Há inter-relação entre a questão da Biodiversidade e da Economia

[2] https://www.cbd.int/ebsa/about

Azul. Os interesses não podem ser apenas econômicos ou biológicos, mas devem ser também voltados às comunidades, à herança cultural, aos direitos dos povos originários e pescadores artesanais.

Por último temos que as necessidades de mulheres e meninas devem ser incluídas na meta global. Não apenas deve-se garantir os direitos humanos, mas também garantir que o marco global incorpore também as questões de gênero e garanta às mulheres e meninas o acesso equitativo à conservação e uso sustentável.

Que as comunidades locais e as comunidades indígenas e afrodescendentes também tenham o direito humanos respeitados e, no que tange a criação de Áreas protegidas, tenham acesso ao consentimento prévio, livre e informado. Pescadores e pescadoras devem ter voz nesses temas. A discussão já está muito avançada. Temos que lutar globalmente para garantir que a costa seja manejada com os pescadores e pescadoras artesanais.

Sr. Nestor Edgardo Roche, UAPA, Argentina

Todos aqui lidamos com siglas, COFI é um ente dentro da FAO dedicado a Pesca. COFI é sobre a pesca mundial, mas um espaço exclusivo dos governos e países, e não da pesca de pequena escala. A cada tema tratado, o país dá sua opinião. A gente acha que tem direito na COFI, mas foram muitos poucos que puderam entrar esse ano, participar como ouvintes e ter alguma possibilidade de fala, sempre depois dos 46 países se manifestar em cada tema tratado. Com apenas três minutos de fala, tivemos que escolher falar em inglês, porque é um idioma mais direto e enxuto. Quero que fique claro que o COFI é dos governos dos países. Temos temas que devem ser tratados no contexto mundial, mas o importante é não confundir os espaços que não pertencem a nós. Entramos por uma fresta desta reunião (COFI), mas não é um espaço nosso.

Ainda sobre a reunião do COFI, houve duas colaborações. A Sra. Lorena Elodia Ortiz Martinez (México) informou que, apesar do WFF e WFT e outras organizações terem feito uma carta, a mesma não foi lida na reunião do COFI e apenas anexada nos documentos finais. Mas foi possível aprovar a realização de um seminário específico para a pesca de pequena escala antes da próxima reunião do COFI. Já a Sra. Josana Costa Pinto (Brasil) expressou a indignação que tiveram com a carta dos governos, indicando que a inovação para a pesca artesanal seria a aquicultura, substituindo a pesca artesanal. Esse tipo de modelo não é útil para os pescadores artesanais.

5.2 “Tons azuis desconcertantes: enfrentando os impactos da economia azul na pesca artesanal na América Latina” - Apresentação do Sr. Leopoldo Cavaleri Gerhardinger (Brasil)

A apresentação é referente ao relatório de mesmo nome recém publicado pelo CIAPA, no qual alguns de vocês participaram como entrevistados. Então a apresentação refere-se a

algumas questões principais para alimentar nosso debate. Atualmente temos várias campanhas que estão sendo desenvolvidas nas agências internacionais focadas em abordar o ambiente marinho como um espaço de desenvolvimento econômico. O relatório é baseado no levantamento dos investimentos e conflitos que historicamente acontecem na América Latina e Caribe, na perspectiva de melhor entender a Economia Azul neste contexto regional.

O Banco Mundial define Economia Azul como uso sustentável dos recursos para o crescimento econômico, enquanto se preserva a saúde do ecossistema marinho. O termo Economia Azul foi cunhado durante o Rio + 20 em 2012, desde então essa abordagem de marketing vem sendo usada para campanhas nos países e estados costeiros. No levantamento escolhemos 10 países que têm importância muito forte na pesca de pequena escala. No Caribe já existem estudos envolvendo West Indies, Barbados que podem ser compartilhados. Na América Central e do Sul focamos em 10 setores que competem com a pesca artesanal: aquicultura, manejo de recursos/conservação da natureza, turismo, transporte/infraestrutura/logística, agricultura/pecuária, matriz energética, mineração, desenvolvimento costeiro/ocupação territorial desorganizada, políticas públicas, outras indústrias. Nos 10 setores foram 541 investimentos realizados de 2012 a 2020 e registramos 192 conflitos já documentados. A maioria dos investimentos está na conservação ambiental, desenvolvimento costeiro no litoral, energia, agricultura e turismo. A maior parte dos investimentos vêm do Banco Interamericano de Desenvolvimento e GEF. A maior parte dos recursos vão para o Programa de Desenvolvimento da ONU, os governos, mas também as grandes ONGs recebem.

Há algumas plataformas online que tratam das injustiças sociais, como Atlas de injustiça ambiental, serviço de informação para a rede de pesca em pequena escala "Too Big to Ignore/TBTI", o Mapa de Injustiças da Fiocruz e o relatório de conflitos do CPP de 2016. Temos muitos registros no Brasil (346) porque tem muitas plataformas registrando.

Os conflitos são gerados principalmente devido ao desenvolvimento costeiro e políticas públicas mal implementadas. Mas o Azul é muito importante como marketing. Por outro lado os pescadores e pescadoras precisam encontrar sua própria forma de falar. Ao invés de falar Economia Azul, deveriam falar em Justiça Azul. Há um legado maldito histórico que precisa ser considerado quando se fala de desenvolvimento costeiro. Com a abordagem da Justiça Azul, saímos da zona de conforto para tratar dos problemas além da pesca. Torna-se necessário também entender as outras políticas de desenvolvimento.

5.3 Apresentação dos Grupos de trabalho

Nos quatro grupos criados, foram discutidos quais os setores da economia do crescimento azul que existem no país/região, como é a organização política para a tomada de decisão, e quais as estratégias que devem ser usadas para enfrentar os grandes processos internacionais. O foco principal solicitado não foi o problema e o conflito histórico existente, mas sim as possibilidades e estratégias de enfrentamento.

Grupo A de representantes do idioma Espanhol - Apresentado pelo Sr. Norberto Romero Palacios, FACOPADES R.L., El salvador

Como setor pesqueiro, nos sentimos desiludidos porque todas as situações mundiais, globalização e neoliberalismo confundem o pescador artesanal. O setor pesqueiro não é levado em consideração. É fundamental dar suporte aos indígenas artesanais; temos um começo a partir do Panamá, que nos deu um documento e avaliamos o ponto da economia azul. Nós já temos um documento de base. Precisamos homologar as diretrizes. Temos que fomentar o desenvolvimento humano nas comunidades, nossos direitos são atropelados. Quando europeus fizeram acordos na América Central, parte do acordo era que não houvesse mais barcos para explorar nossos recursos. No entanto, com a Globalização, eles vêm pegar nossos recursos. A pesca industrial compra a consciência dos pescadores. A indústria dá o barco e o dinheiro, e nós exploramos a famosa sardinha. Eles dão os espelhinhos enquanto entregamos o ouro. É preciso conscientizar para que as pessoas não se vendam.

Outro desafio é formar a representação Latino Americana no Caribe. Temos que fazer esse esforço. Somos nós que temos que cuidar de nossos recursos. Temos 249 comunidades de pescadores artesanais. Temos o litoral compartilhado com a Guatemala, onde os pescadores têm pesca marítima e pesca continental. Em El Salvador temos mais de 28.700 pescadores e somente pesca no Pacífico. Aqui é o momento de levar as respostas para os pescadores em cada país. Os governos fomentam nossa desunião para comprar alguns de nós. Nós precisamos nos unir para manter nossa soberania alimentar.

Grupo B de representantes do idioma Espanhol – apresentado pela Sra. Marta Emelda Machazek de Serrutt, UPESABO, Panamá

A economia azul não é a solução para as comunidades pesqueiras. Os grandes complexos turísticos não trazem benefícios às comunidades da pesca artesanal. Além da retirada das comunidades pesqueiras de seu território, geralmente os produtos pesqueiros não são adquiridos nas comunidades, eles vêm de fora. Os pescadores artesanais têm dificuldade em adquirir a certificação dos produtos e os respectivos trâmites sanitários, assim os grandes hotéis e complexos turísticos utilizam esta dificuldade como desculpa impeditiva para aquisição dos produtos da pesca artesanal local. Nestes grandes empreendimentos nos deslocam de nossa comunidade pesqueira, perdemos nossos territórios, não compram nossos produtos, não se gera benefícios para os pescadores.

A pesca desportiva faz parte da economia azul; são criadas reservas somente a pesca esportiva. Ela funciona contra os pescadores artesanais. Não são regulamentados, não há definição ou limite de volume de pesca, há extração sem controle. Pescam espécies que são proibidas aos pescadores artesanais; têm acesso a áreas que os pescadores artesanais não podem pescar. Pescam, tiram foto, soltam o peixe que acaba morrendo e não se transforma em alimento.

Os complexos resort atentam contra a pesca artesanal porque tem concessão de praias e alguns lugares que o pescador não pode chegar e, ainda que haja uma situação extrema

como tempestade ou furacão, o pescador não pode parar na praia porque os hotéis se tornam donos das praias. Atentam assim com princípios universais de sobrevivência.

ESTRATÉGIAS

É necessário que as comunidades sejam empoderadas para o manejo dos recursos costeiros. Precisamos exigir convênios entre os complexos turísticos e os pescadores, de maneira que seja obrigatória a compra dos produtos e geração real de benefícios locais. Existem lugares no México nos quais o pescador pode vender seus produtos. Assim é importante compartilhar as estratégias já conquistadas nos diferentes países.

Decisão tem que ser tomada com justiça para os pescadores. Temos que pensar que somos donos da zona pesqueira e exigir o que nos pertence. Exigir dos complexos turísticos nossa participação direta. Regulamentar e revisar toda a legislação que existe com relação a pesca desportiva. Temos que mudar a mentalidade, não somos os pobres. documentar e exigir nossos direitos.

O Sr. Alejandro ainda complementou que é importante ressaltar que alguns princípios devem ser levados em consideração. No Peru os pescadores têm como princípios a segurança, o livre trânsito, livre acesso e livre uso da praia. Estes princípios fazem parte dos direitos ancestrais.

Grupo de Representantes do Caribe (Inglês) - apresentado pelo Sr. Adrian Bradford La-Roda, CNFO, Bahamas

A Rede Caribenha de Organizações da Pesca (CNFO) tem posições bem contundentes sobre Economia Azul. O que se propaga como economia azul é enganoso e propaganda falsa, feita para monopolizar o setor da pesca através de influência política em nome desenvolvimento sustentável, conservação e modos de vida alternativos, sem consultar ou envolver os pescadores artesanais que estão diretamente envolvidos na questão.

As organizações da pesca nacionais têm que determinar se somos de pequena ou grande escala. Até o momento não há esta definição sobre o que pequena escala efetivamente quer dizer. Há muita discussão envolvendo desde o tamanho dos barcos até o tamanho da economia. Mas nós entendemos que esta abordagem é uma estratégia para minimizar a contribuição real da pesca artesanal, dos números que geramos e da contribuição que geramos para a economia.

Nós, como representantes da pesca de pequena escala, precisamos firmar o discurso que a pesca de pequena escala é sustentável, responsável e essencial, como a pandemia do Covid19 mostrou. Todas as indústrias fecharam durante a pandemia, mas a pesca artesanal não, e foi considerada essencial, particularmente no Caribe, sustentando as economias globalmente. Passada a pandemia, voltamos à invisibilidade! É necessário mudar esta narrativa. No meu país há uma força que tenta empurrar os pequenos pescadores para

outras atividades. É fomentada a dependência da importação de produtos marinhos, e não a pesca artesanal. Nós deveríamos ser considerados a real economia azul e justa, porque a pesca artesanal é sustentável, responsável e essencial.

Como nos fortalecemos na pesca artesanal? Precisamos sentar à mesa para a tomada de decisão. Não podemos permitir que outros tomem as decisões por nós, “outros” que são influenciados politicamente por grandes empresas, corporações e recursos financeiros. Precisamos unificar a força da voz da pesca de pequena escala, para que sejamos vistos como um grupo forte em termos de números e em relação a outros interesses. Esse é justamente um dos resultados que esperamos de seminários como esse, um alinhamento entre todos os participantes. O que nós fazemos é realmente a Economia Azul, não a propaganda falsa e enganosa que eles propagam.

Grupo de representantes do Brasil (Português) – apresentado pela Sra. Josana Pinto da Costa, MPP/ANP, Brasil

DESAFIOS

Identificamos alguns desafios. A movimentação de navios causa erosão na costa. Além da dragagem no mar para encostar navios, há a formação de ondas enormes que estragam a costa, estuários e mangues. A falta de recursos para participação dos pescadores nos encontros e debates, inclusive dos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação. Termos áreas protegidas que privilegiam as comunidades tradicionais é uma condição boa que impede que turismo e empreendimentos da economia azul se instalem. As unidades de conservação que estão em processo de criação devem ser consolidadas. Devemos mobilizar mais pescadoras e pescadores para discutirmos melhor os temas e a Economia Azul em especial.

ESTRATÉGIAS DA JUSTIÇA AZUL

Economia azul também envolve a parte continental e transporte Temos um grande retrocesso de direito, retirada de populações de seus territórios e retirada das nossas tradições. É um marketing para tirar nosso direito e por trás tem muita miséria e desgraça.

Realizar tribunais populares é um modelo a ser seguido. Temos a experiência a partir de países asiáticos que tiveram êxito, como Sri Lanka e Bangladesh. Nos Tribunais os pescadores se empoderam. Nos tribunais somos nós que denunciamos, fazemos os relatos e as denúncias, falamos sobre a retirada de direito que compromete a nossa identidade.

A instalação de portos tem removido comunidades inteiras. A extração mineral, a carcinicultura, aquicultura, muitos monopólios têm chegado, anunciando “oportunidades de emprego”, mas nada mais traz do que a perda de direitos

Fortalecimento dos estudos de impacto ambiental e processo de licenciamento com viés da pesca artesanal. É necessário que pescadores e pescadoras acompanhem os processos de

estudos de impacto ambiental. Queremos construir juntos, de forma acompanhada e coletiva,

Formar uma comissão da pesca artesanal para dialogar com Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Pesca e Aquicultura a ser criado no novo governo.

Audiências Públicas. Devido aos processos de violação de direito e grilagem de terra e expulsão de nosso povo, as audiências públicas são necessárias. É onde nosso povo tem voz. Manter ass audiências públicas com a participação das comunidades é fundamental.

Devemos manter processo de denúncia, mas além de internamente no país, devemos também fazê-lo em instâncias internacionais como a comissão de direitos humanos da ONU.

Devemos ainda nos unir com ONGs confiáveis. A tradução de documentos é muito importante. Buscar aliados internacionais podem ajudar a divulgar as questões da pesca artesanal e traduzir documentos.

Devemos nos antecipar na implantação de grandes projetos. Quando se trata do levantamento de impactos futuros, temos a comunidade de cajueiro no Maranhão como exemplo. Como ela não se organizou, a empresa removeu toda uma comunidade, jogou na periferia e deixou as pessoas sem nada. É necessário fazer os possíveis levantamentos dos impactos quando surge a informação de que novos empreendimentos estão sendo pensados para nossos territórios.

Ampla divulgação dos projetos e seus impactos. O Rio Grande do Sul tem projetos de parques eólicos offshore. Os pescadores foram se informar, fizeram audiências, já estão fazendo todo o possível para não acontecer. Já temos essa estratégia e ela deve ser divulgada para as comunidades, por exemplo com panfletos dizendo o que estão querendo fazer com a comunidade.

Fortalecimento da luta, da união dos movimentos nacionais e internacionais. Certamente um grande desafio no Brasil.

Demarcar os territórios pesqueiros. Há o projeto de lei 131/2020 para regularização dos territórios pesqueiros. Não teremos territórios seguros sem sua demarcação legalizada.

Criação de unidades de conservação de uso sustentável. É fundamental fomentar a criação de áreas protegidas que fomentem o fortalecimento de comunidades tradicionais sustentáveis como as Reservas Extrativistas (ResEx), de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e até mesmo as Área de Proteção Ambiental (APA).

Os Termos de Autorização de Uso Sustentável são outra ferramenta importante, assim como os protocolos de consulta nas comunidades tradicionais (Convenção 169). Nenhum projeto pode chegar ou ser instalado sem nosso consentimento da comunidade. Sempre com referência. E que seja garantida a participação das comunidades de fato, que as comunidades vez e voz.

6. Visita de Campo 1: Trilha dos Mangues e encontro com os botos na praia

Neste dia foi ainda possível conhecer parte da Trilha do mangues no Parque Estadual da Ilha do Cardoso e ir até a praia para encontrar os botos, que geralmente chegam perto da praia no final da tarde para se alimentar. Os guias locais da AMOIP acompanharam os participantes compartilhando com todos os saberes locais. Foi durante essa atividade que o grupo tirou a foto oficial do Seminário e o intercâmbio entre conhecimentos e artes de pesca se iniciaram.

Figura 8: Trilha dos Manguezais no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (esquerda) e troca de saberes da pesca artesanal entre pescadores da Ilha do Cardoso e participantes do AIPAA 2022 (direita).

Figura 9: Foto oficial dos participantes do Seminário AIPAA 2022: Celebrando a Pesca de Pequena Escala Sustentável e Equitativa

DIA 3: 04 NOVEMBRO 2022

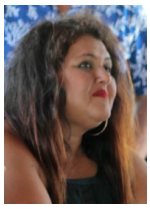
7. Sessão 4: Mulheres na Pesca Artesanal e a questão de Gênero

7.1 Considerações iniciais sobre as Mulheres na Pesca Artesanal

Esta sessão começou com todos os participantes conhecendo a exposição de imagens de mulheres atuando em diferentes atividades da cadeia econômica da pesca artesanal, seja pescando, processando o pescado, em reuniões e eventos ou gerenciando suas organizações. As imagens foram enviadas pelos participantes como uma atividade preparatória antes do Seminário. Em seguida, sete pescadoras deram seus depoimentos, compartilhando suas experiências.

Considerando os temas levantados, os participantes formaram quatro grupos a fim de iniciar a construção do Plano de Ação para Mulheres na Pesca de Artesanal. As apresentações dos resultados do grupos foram seguidas por nova discussão na plenária. A sistematização dos resultados originou o Plano de Ação para a Mulher na Pesca Artesanal para América Latina e Caribe. Os testemunhos das pescadoras, os resultados dos grupos e o Plano de Ação estão indicados a seguir.

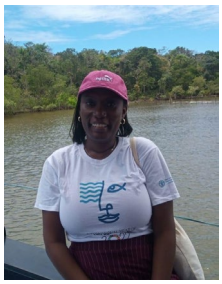
Sra. Aracelly J. Mora, Presidenta da COOPEMOLUSCOSCHOMES R.L., Costa Rica.



Nós formamos a nossa cooperativa de catadores de moluscos em 2013, somos 45 mulheres e cinco homens. Não tínhamos visibilidade como mulheres catadoras de molusco na Costa Rica, então decidimos nos unir para lutarmos por direitos. A luta foi muito forte. Criamos o Plano de Aproveitamento Participativo, feito em conjunto com o conhecimento tradicional e científico. Nos dedicamos também ao reflorestamento dos manguezais na Costa Rica. As mulheres recebem um benefício pelos trabalhos realizados. As mulheres estavam muito tristes por tudo que aconteceu na pandemia do COVID-19. Não tivemos o acompanhamento das instituições públicas. O setor da pesca não nos deu qualquer apoio. Fizemos quatro grupos para que todos os sócios da cooperativa pudessem participar.

Agora temos um novo respiro, nova energia para interagir, trabalhar, cuidar dos nossos manguezais, ter um manguezal sadio para ter um melhor produto. É muito bom ver a felicidade das mulheres, trabalhando com o que amam. Claro que temos muitas dificuldades. Na Costa Rica as organizações de mulheres recebem apoio, nós participamos em ideias produtivas e empreendimentos. Tínhamos pensado em construir um pequeno restaurante que iria ajudar muito as mulheres. Ganhamos por doação a infraestrutura necessária e compramos os equipamentos. Mas uma empresa foi contra e agiu como dona do lugar; no final não recebemos a licença para colocar eletricidade no empreendimento. Isso desmotivou muito as mulheres, mas com novas iniciativas as mulheres decidiram seguir em frente. Nós temos essa força para seguir adiante e para lutar coletivamente. Juntas não nos rendemos e podemos sair das dificuldades.

Sra. Nadine Nembhard, Secretária da CNFO e CAFB, Belize



No Caribe, as atividades voltadas à questão das mulheres na pesca artesanal se iniciaram em 2014, a partir das Diretrizes de Pesca em Pequena Escala, quando se reconheceu a importância de gênero e das mulheres na pesca. Cerca de dois anos depois criamos o "GIFT", sigla para "Gender In Fisheries Team" (Gênero no Time da Pesca), uma organização que foca na questão de Gênero na região Caribenha, com 15 membros e aberta a todos que tiverem interesse no assunto. Temos uma política para harmonização das leis na comunidade caribenha, que vem da pesca de pequena escala. Antes das Diretrizes da Pesca, o Caribe não havia começado nem remotamente a entrar nas questões de gênero. A partir da colaboração de diversas pessoas, organizações e acadêmicos, esse grupo do Caribe propôs um protocolo para incluir gênero nas políticas. Eu conheci a Sra. Vivianne Solis, representante da Costa Rica, num intercâmbio entre grupos de mulheres e foi muito enriquecedor. Não há muitas pesquisas sobre nem muitas oportunidades para as mulheres. Por enquanto a liderança segue dominada por homens. Mas temos uma mulher da nossa organização que conseguiu entrar no time de liderança e ela faz o máximo para promover as mulheres, a juventude e levá-las para as organizações.

Em março temos o Dia Internacional das Mulheres e fazemos um esforço muito grande para promover as mulheres na pesca. Fazemos um dia de formação com sessões *on line*; já fizemos muitas. Dia 29 junho é o Dia de São Pedro, o Pescador na religião católica e assim celebramos os pescadores. Em Belize, realizamos o Fórum de Mulheres nesse dia para dar ênfase ao papel das mulheres. Há muitas questões e desafios relacionados às mulheres. Quando as mulheres falam, elas têm a sensação de não serem ouvidas. Em Belize, temos o salário mínimo com valor de USD 1,65/hora. O salário mensal é bem reduzido, na verdade não é tão interessante trabalhar para empresas. Já fizemos colaboração com o ICSF com as três maiores comunidades da pesca em Belize e duas empresas de exportação. Levantamos questões na indústria da pesca que sequer haviam sido discutidas antes, porque as mulheres não tinham voz. Uma das minhas líderes me disse que há 15 anos atrás o trabalho com o processamento era escravo; as mulheres agora podem falar destas questões. Há muitas questões a serem tratadas com o foco nas mulheres. Em Belize, a maioria das comunidades de pesca artesanal têm o Espanhol como idioma e na cultura as mulheres ficam em casa e os homens saem, pescam, vendem o pescado e trazem às mulheres para administrar o dinheiro em casa. Mas quando vamos às comunidades pesqueiras, as mulheres querem ter o dinheiro delas e mais oportunidades de geração de renda. Estas são questões que as organizações de pesca precisam apoiar a resolver nas comunidades.

Sra. Marly Lucia da S. Ferreira, Secretária Nacional das Mulheres Pescadoras na CONFREM, Brasil.

Gostaria de agradecer a CONFREM e a todos a participação aqui. É muito boa e rica esta troca de experiência. É impactante saber que nós ainda somos invisíveis, mas diante de tantos relatos nós precisamos avançar. Somente com a união das mulheres podemos fazer também a evolução do homem. A Secretaria de Mulheres da CONFREM tem o papel de fortalecer e empoderar as mulheres na luta pelos seus direitos e pela visibilidade como produtoras de alimento nas unidades de conservação e nas comunidades tradicionais. Ainda é muito alarmante a violência que as mulheres sofrem no Brasil, inclusive pelo próprio sistema que empurra as mulheres para a invisibilidade. Nada se constrói só, é necessário nos juntarmos para termos força.

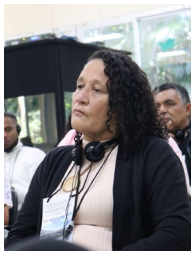
Analisamos como se organizam as mulheres para poder mostrar sua potencialidade econômica, sua conquista de direitos. Há 14 anos temos a experiência exitosa das mulheres trabalhando em rede no litoral Sul da Bahia. Replicamos esta experiência de rede de mulheres pescadoras para os demais estados do Brasil, como Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro e Pará. Neste processo, a rede da Bahia se ampliou do litoral (mais de 6.000 mulheres) para todo estado (19.000 mulheres).

Em 25 de novembro de 2021 lançamos a campanha na Data Mundial de Combate a Violência Contra as Mulheres. A pandemia foi um período muito triste e doloroso, mas ao mesmo tempo muito produtivo, porque usamos a ferramenta da rede social para nos comunicar. Na pandemia o índice de feminicídio contra as mulheres aumentou 20% devido a causas diversas como a falta de recursos, isolamento, ausência do estado (com a desculpa do risco da pandemia, o estado deixou de cumprir seu papel), a falta da vacina, o negacionismo do governo genocida, a questão de não poder sair para pescar e vender, todos os riscos focaram apenas para pandemia e não na situação das mulheres. Os homens machistas querendo sexo perante os filhos na casa, alegando que as mulheres que não queriam ceder aos desejos do homem era porque elas tinham outros parceiros! Delegadas, advogadas, professoras, pescadoras, muitas mulheres foram abusadas e perderam suas vidas pelo feminicídio na pandemia. Nós levamos adiante a ideia de formação social das mulheres, mas incluímos as crianças, meninos e meninas e homens. O homem tem essa cultura que a mulher está ali para lhe dar prazer e sempre subordinada. Nós mulheres e mães precisamos reeducar a sociedade. Eu preciso mostrar ao meu companheiro, namorado, filhos e netos que, se sou capaz de gerar uma vida, eu também posso mudar o mundo!

Hoje a Secretaria de Mulheres da CONFREM faz parte do maior movimento de mulheres femininas e feministas da América Latina que é a Marcha das Margaridas, para que o governo nos atenda com as pautas específicas das mulheres. Desde 2019 a pauta das mulheres pescadoras envolve direitos sociais, a garantia da soberania alimentar, reconhecimento que somos guardiãs do ambiente onde vivemos, e que temos também direito na produção com um ecossistema saudável, que alimenta as cidades. Isso já está na

pauta da Marcha das Margaridas. Em Agosto 2023 queremos entregar nas mãos do Presidente Lula a pauta de direitos que as mulheres querem. Precisamos cobrar que haja polícia itinerante nas comunidades rurais onde o acesso a esse serviço público é mínimo. Colocar a proposta que se pode trabalhar em rede, trocando as experiências e fazendo empoderamento. Quando compartilhamos experiências nos identificamos e temos razão para lutar, saber como lutar e continuar lutando. Ninguém larga a mão de ninguém. Quando uma cai, temos muitas para levantar. Quando estamos juntas somos mais fortes.

Sra. Maria Martilene R. Lima, MPP/ANP, Brasil.



A foto da pescadora que eu trouxe é rara porque é raro termos pescadoras de alto mar pescando lagosta. Exercemos essa profissão em regime de economia familiar, sempre contribuímos e pouco fomos reconhecidas. No governo passado do Presidente Lula foi fundado o Ministério da Pesca e tivemos as Conferências da Pesca. Nós mulheres também nos sentimos invisibilizadas. A partir dessa conferência vimos a necessidade de organização para dar visibilidade à identidade da pescadora. Tivemos a Conferência das Mulheres Pescadoras em 2003. No encontro regional percebemos que o governo queria nos levar para ensinar culinária, mas já fazemos isso. Queríamos pautar nossa identidade, nosso pescado, nossa produção.

Na Conferência Nacional o primeiro impacto foi uma mesa cheia de homens. Queríamos mulheres pescadoras na mesa. Quando terminou a fala dos homens, quiseram encerrar. Pedimos para falar e não sentar. A partir daí nos organizamos, temos os momentos individuais e coletivos. E surgiu a Associação Nacional das Pescadoras/ANP para pautar a nossa identidade, nosso reconhecimento como pescadora, a saúde e outras pautas. Temos avanços, mas ainda temos muito a avançar. Antes das Conferências tivemos a Joana em Pernambuco que foi a primeira a tirar a carteira de Pesca, foi a primeira Presidente de Colônia. A maioria das colônias é machista e as mulheres são convidadas para votar no Presidente; mas vamos também conquistando as diretorias das colônias.

Temos tido várias experiências no movimento com troca e formação de gênero, com pescadoras e pescadores. As pescadoras colocaram o horário desde a hora que acordam e dormem. Quando perguntado “Tua mulher trabalha?”, a resposta era “Não, ela fica em casa”. Mas quando vimos no gráfico as horas trabalhadas por um e outro, percebemos o quanto as mulheres trabalham mais do que os homens! Hoje eles já dizem “minha mulher trabalha mais do que eu”. A mulher realiza o serviço doméstico, a liderança tem também os trabalhos na comunidade, na igreja. Acordamos mais cedo e dormimos mais tarde. Nossos companheiros não fazem nada. Nós cuidamos dos filhos, da família e da comunidade. E ainda sofremos machismo, porque isso se quebra aos poucos. O bom disso tudo é que podemos falar livremente. Essa formação foi tão importante que os companheiros se abriram conosco, que sofreram traumas de infância que nunca tinham se aberto. Isso é também uma forma de ir quebrando os machismos e os companheiros reconhecerem a importância que as mulheres têm.

No Brasil a Lei Maria da Penha deu coragem às mulheres de denunciar, se empoderar e denunciar a violência que sofrem. Agora as denúncias são possíveis. Nós ainda estamos lutando pelos direitos, visibilidade de nossa produção e pelo reconhecimento de quanto contribuímos para nosso país.

Sra. Líbia Esther Arciníegas Liñan, FEDEPESCE/ RENAMUPES, Colômbia

Sou pescadora da Colômbia Continental. Nós temos trabalhado a questão das mulheres no setor pesqueiro, na federação de homens e mulheres que eu lidero. Gostaria de compartilhar uma experiência que tivemos que foi criar um link divulgado entre diferentes organizações de pesca para escrever o papel das mulheres no setor pesqueiro artesanal. Quando nos demos conta, já éramos 525 mulheres inscritas no link. A partir disso realizamos uma convocatória na manhã do dia 23/7/2022 em Barranquilha, no mar do Caribe, com homens e mulheres representantes das diferentes organizações da pesca. Com a presença de 38 representantes mulheres que estão na gestão de organizações mistas, decidimos criar a Rede Nacional de Mulheres Pescadoras Aquícolas e Defensoras da Água e da Cultura (RENAMUPES), para ser um espaço de reflexão e de decisão voltado a medidas em benefício das mulheres pescadoras na Colômbia. Esta Confederação procura tirar as pescadoras da condição de invisibilidade, esquecimento e morte, além da falta de políticas para mulheres na pesca artesanal, construindo agendas para o setor, e apoiando a organização feminina. Tem como objetivo geral a promoção, realização e desenvolvimento da atividade pesqueira artesanal das mulheres em todas as atividades (pesca, processamento, manejo e comercialização), de maneira que possam gerir seu interesse e expectativas na busca de soluções para o desenvolvimento sustentável e as questões próprias da pesca artesanal. O último governo foi o governo da morte. As mulheres do setor campesino e pesqueiro assumiram para si essa luta. E isso mudou o país. A rede das mulheres é um espaço que está dentro do setor pesqueiro, fomentando o empoderamento da mulher, a defesa da água e da cultura.

Tatiane M. Cardoso, ACTIC, Brasil

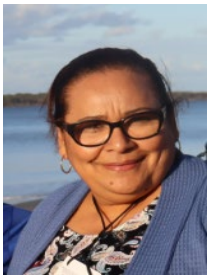
Me reconheço como uma mulher caiçara. Fui criada para que sempre tivesse autonomia e liberdade. Fui criada na Enseada da Baleia (Ilha do Cardoso, Cananéia/SP). O processo de secagem de peixes na Baleia tem registros desde 1845. Em 2010 meu avô faleceu. Ele era uma liderança muito importante. Todos na Ilha dependiam da nossa comunidade, que é pequena e tem apenas 35 pessoas. Na nossa comunidade que o beneficiamento acontecia e ia até mesmo para fora do país. Com o falecimento de meu avô, o processo de secagem do peixe se perdeu. Não o conhecimento em si da secagem, porque este estava com as mulheres (minha mãe, avó e tias), mas o conhecimento da gestão em si. Criamos em 2011 a Associação, inicialmente de Mulheres Artesãs. Depois resolvemos resgatar o processo de secagem, como um processo econômico, solidário e feminista. Ao longo da história as mulheres sempre processaram o pescado, mas em troca

do trabalho delas recebiam apenas alimento; os homens recebiam dinheiro. O processo de secagem sempre dependeu das mulheres. Meu avô tornou mais humanizada a gestão, mas mesmo assim minha avó recebia em alimentos, não dinheiro. Quando decidimos reativar esse processo de secagem, não tínhamos dinheiro para nada. Precisávamos que os pescadores vendessem e confiassem em nós, para vender em consignação, até que conseguíssemos beneficiar e vender. Em dois meses processamos 4 T de Tainha que produziu 6 meses de salário mínimo para cada uma das mulheres envolvidas na produção.

O primeiro pagamento que recebemos apenas pela comercialização da ova, pagou todos os moradores. E sofremos preconceito e tivemos problemas com atravessadores. Minha avó passou pela gestão do pai e quando ela recebeu seu primeiro pagamento, ela queria que dividíssemos, minha avó não entendia esse “novo” processo, isto é, ela receber pagamento pelo trabalho dela. A nossa autonomia numa comunidade artesanal dependia do homem. Éramos vistas como “apanhadoras” e não como produtoras. Às vezes o quinhão para a mulher, quando existe, é sempre menor.

Na pandemia ficamos com muito medo de perder pessoas. Então criamos um projeto para comprar peixe dos pescadores, processar e dar peixe às famílias. Envolveu 40 pescadores da Ilha do Cardoso, beneficiamos 22 T de peixe fresco, que gerou 11 T de peixe seco doado. Nesse processamento feminino e comunitário, somos nós que fazemos esse processo na cadeia produtiva, e precisa ser reconhecido que o protagonismo é das mulheres. Conseguimos que não se passasse fome na pandemia, alimentamos a rede dos pescadores que tinham oportunidade de vender e alimentar a toda comunidade.

Sra. Marta Emelda Machazek de Serrutt, Panamá, UPESABO/ULAPA, Panamá



Eu gostaria apenas de compartilhar que a experiência demonstrou que as organizações pesqueiras em que as mulheres têm espaço nos cargos de direção são muito organizadas. A experiência já nos disse que na parte administrativa as mulheres são mais produtivas que o pescador. Nas fotos que mandei, temos o processo de processamento pesqueiro na minha organização, a capacitação para os filhos e a docência.

7.2 Resultados do Trabalho em Grupos

Direitos, saúde e violência, economia e conhecimento foram os principais temas referentes às mulheres na pesca levantados nas considerações iniciais. Os participantes foram divididos aleatoriamente em quatro grupos e circularam pelos temas a cada 15 minutos, conforme a metodologia conhecida como “Café Mundial”. Em cada tema, o grupo deveria continuar a construção do Plano de Ação para as Mulheres na Pesca Artesanal na América Latina e Caribe, a partir do que o grupo anterior fez. Dada a sensibilidade do tema da Violência contra a mulher, todos os homens pularam este tema e se reuniram em um outro grupo, liderado pelo Sr. Leopoldo, para discutir Masculinidade. Assim, mulheres e homens

tiveram a possibilidade de tratar questões específicas sensíveis em separado, podendo se expressar sem constrangimento ou intervenção. Seguem os resultados dos grupos.

Grupo 1: Direitos

Todas as mulheres devem ser vistas como sujeito e parte importante na pesca artesanal. Muitas mulheres no mundo não são respeitadas.
No grupo de Direitos temos os seguintes pontos principais:

1. Promover o conhecimento dos direitos das mulheres sobre a partir e através de suas organizações de pesca artesanal, que podem ser organizações de mulheres, mistas ou de homens. Neste processo deve-se promover processos formativos específicos de empoderamento feminino para que as mulheres sejam articuladoras e exerçam seus direitos. E que os governos reconheçam os direitos das mulheres pescadoras.
2. Avançar no reconhecimento do trabalho da mulher na pesca e instâncias formais trabalhistas, como ministério do trabalho, para reconhecimento das mulheres em toda cadeia de valor. Descascar os camarões é um ofício mas não reconhecido como trabalho.
3. Aprender entre nós os exemplos positivos de trabalho igualitário da mulher na pesca artesanal. E assim assegurar que trabalhos iguais são remunerados da mesma forma.
4. Fortalecer a organização das mulheres, seja em instituições ou em redes de mulheres pescadoras.
5. Promover normas que garantam a participação das mulheres em posições de tomada de decisão, fortalecendo sobretudo a capacidade de liderança feminina.
6. Melhorar as condições de trabalho específico, por exemplo com creches com horários adequados, inclusive acompanhando os horários da maré.
7. Promover o conhecimento sobre os direitos das mulheres inclusive para as crianças desde a mais tenra idade, esclarecendo que homens e mulheres têm direitos iguais.
8. Criar oportunidades para os jovens na pesca em temas como resolução de conflitos
9. Fortalecer o debate sobre violação dos direitos das mulheres (direito inclusive sobre seu próprio corpo) até que se criem novos caminhos para outra cultura
10. Dar segurança para as mulheres de maneira a se evitar o feminicídio.

Grupo 2: Conhecimento

1. As mulheres trazem consigo uma herança tradicional, ancestral.
2. As mulheres têm uma aptidão nata de organização, gestão e atuação política. E elas estão ganhando cada vez mais espaço político e igualdade de condições
3. As mulheres estão ligadas a segurança alimentar e se sobressaem na culinária
4. As mulheres têm conhecimentos na medicina natural
5. Já fazem parte da elaboração de apetrechos de pesca. Antigamente as ferramentas e apetrechos de pesca eram de domínio masculino, mas atualmente as mulheres também participam.
6. Mulheres têm fácil adaptação às novas tecnologias presentes na logística pesqueira.

As jovens manejam a tecnologia muito melhor que os pescadores
7. De uma maneira geral as mulheres são mais observadoras e cuidadosas, tendo a capacidade de ter uma visão mais ampla do contexto. Essa capacidade de observação pode ser repassada, incluindo para os pescadores.
8. Em alguns países, apesar do processo de extração ser considerado atividade masculina, as mulheres estão na cadeia produtiva, no processamento e na comercialização.
9. Deve haver uma regulamentação para a visibilidade das mulheres na pesca. As conquistas das mulheres tem que ser igualitárias para homens e mulheres. A mulher não deveria ultrapassar o homem, porque teria novamente desigualdade de gênero. Direitos consuetudinários, para homens e mulheres, são direitos humanos.
10. A educação para passar conhecimento é fundamental para as futuras gerações, mas também é importante entender que intercâmbios são importantes.
11. No Chile há uma situação inédita: os barcos foram adaptados para dar conforto às mulheres. Que isso possa ser tb espalhados em outras comunidades

Grupo 3: Economia

Existem diferenças entre os países, a América Latina na valorização das mulheres está mais adiantada do que em outras regiões. Mesmo achando que atingimos certa igualdade é necessário fomentar o mesmo a outras regiões. Os pontos de destaque na questão da economia foram:

1. As mulheres saber melhor administrar e controlar melhor o dinheiro, portanto deveriam estar a frente da administração de instituições
2. Quando se realiza a mesma atividade, deve ter a mesma remuneração
3. A mulher agrega valor aos recursos na cadeia produtiva da pesca.
4. É necessário dar visibilidade às experiências que já existem
5. A mídia deve também divulgar o trabalho da mulher na pesca.
6. Muitos homens são convidados para falar nas escolas, mas que as mulheres também o sejam e possam compartilhar as experiências femininas
7. A divisão das atividades devem ser equitativas, a divisão de tarefas nas comunidades se complementam
8. Não sobrecarregar as mulheres, por exemplo o trabalho na criação dos filhos, o trabalho na comunidade
9. Fornecer programas e projetos específicos para as mulheres, de acordo com seus interesses e suas capacidades
10. Dar valor às diferentes capturas e também ao trabalho das mulheres, e que o pagamento seja em recurso financeiro
11. Diversificar a atuação da mulher na pesca
12. O trabalho doméstico deve ser remunerado
13. Acabar com os mitos e estigmas que prejudicam as mulheres na pesca. Como por exemplo que mulher menstruada não pode pescar. Mitos também prejudicam a

economia da mulher
14. Implementar as Diretrizes da Pesca de Pequena Escala
15. Dar maior visibilidade dentro do próprio setor da pesca
16. Promover intercâmbios entre mulheres para trocar diferentes experiências econômicas
17. Os bancos devem ter financiamentos diferenciados para mulheres, com taxas menores, por exemplo
18. Retomar/Implementar políticas públicas direcionadas para as mulheres, e incentivá-las nos países que ainda não têm
19. Projetos com mulheres devem ser valorizados em editais e ganhar mais pontos no processo seletivo

Grupo 4 a: Saúde e Violência (construído pelas participantes do Seminário)

1. Já temos muitos estudos indicando que a atividade da pesca artesanal impacta diretamente o corpo das mulheres, por exemplo, há doenças específicas pelo esforço repetitivo, pelo excesso de força e ginecológicas pela exposição constante nas águas
2. Há também os impactos da poluição das águas e infecções
3. É necessário haver seguridade social para as mulheres que estão na atividade, independente da carteira de comprovação, direitos não apenas para aquelas que têm documentos
4. As doenças específicas das mulheres devem ser regulamentadas como sendo doenças laborais.
5. Deve haver atendimento psicológico domiciliar. Os psicólogos devem ir até as comunidades, para apoio coletivo e individual
6. Os funcionários dos órgãos de governo e de todas as entidades que tratam com as pescadoras devem ser capacitados na questão de gênero, para melhor atender às mulheres
7. Em termos da violência contra a mulher, o acesso à justiça (como a Defensoria Pública) deve estar disponível. Deve-se considerar todos os casos de violência, inclusive a obstétrica
8. Deve haver equipamentos de proteção individual às pescadoras.
9. A saúde deve ser preventiva, de maneira que trate dos riscos, do autocuidado e das doenças sexualmente transmitidas. Nesse processo deve-se valorizar os saberes e ervas medicinais.
10. Deve-se ainda aprofundar a discussão sobre o corpo da mulher, a não violência, inclusive na saúde, e o direito de decidir sobre o próprio corpo e interrupção de gravidez
11. O Alcoolismo deve ser tratado incluindo seu impacto ligado à violência contra a mulher
12. A Educação familiar deve também abordar a questão de gênero, para que se rompa os ciclos de violência às mulheres nas famílias.
13. É necessário haver mais material informativo e comunicação sobre o tema

14. É importante criar redes de apoio às mulheres pescadoras vítimas de violência, de maneira que existam espaços de acolhimento, apoio financeiro e proteção aos filhos dessas mulheres

15. O atendimento psicológico para mulheres que sofrem todos os tipos de violência é fundamental para romper culturas que geram a violência contra mulheres (machismo), o excesso de cobrança de trabalho dentro de casa. A pressão de sobrecarga é grande para as pescadoras artesanais.
16. Os processos de empoderamento feminino devem envolver capacitação em auto-defesa
17. Por fim, mas não menos importante, o Ministério das Mulheres deve ter Secretaria especializada para representar as pescadoras artesanais, além de ser gerida por uma mulher.

Grupo 4b: Masculinidade (construído pelos participantes do Seminário)

1. Criar um plano estratégico para igualdade de gênero em todos os níveis, nas comunidades, instituições, nas organizações e até mesmo nas autoridades.
2. Estabelecer cotas para que possamos continuar avançando
3. Criar estratégia de capacitação especifica relacionado às mulheres quando se trata de violência sexual, drogas, alcoolismo e resolução de conflitos
4. Adequar as tecnologias para as mulheres, tendo em vista que desde a embarcação apetrechos, tudo é voltado para os homens. Deveria ser adaptada para as mulheres também.
5. Reconhecer os direitos tradicionais não escritos. A importância como a gente já faz em dividir a pescaria, as atividades, as tarefas, isso tem que ser levado em consideração
6. Os homens devem ser solidários a luta e direito das mulheres, principalmente em buscar os instrumentos como leis para fortalecer a equidade de gênero.
7. Um plano ou Lei deve-se pensar em estratégia de fiscalização e monitoramento, porque sem isso, não será cumprida
8. Estabelecer as metas para garantir que se chegue aos objetivos na equidade de gênero
9. Estabelecer intercâmbios de forma regular para tratar do tema. Deve-se ainda pensar estratégias de monitoramento

7.3 Plano de Ação para as Mulheres na Pesca

A partir dos resultados dos grupos envolvendo temas como Direitos Sociais, Economia, Conhecimento, Saúde e Violência das mulheres na pesca artesanal, criou-se o Plano de Ação para as Mulheres Pescadoras na América Latina e Caribe, indicado a seguir.

8. Sessão 5: Fortalecimento das Organizações Latino Americanas: ULAPA

DIA 4: 05 NOVEMBRO 2022

9. Visita de Campo 2: Conhecer a Pesca Artesanal na Ilha do Cardoso

Como o Seminário é sobre a valorização da pesca artesanal e uma grande oportunidade de intercâmbio, a equipe da AMOIP propôs aos participantes uma visita técnica para apresentar o processo de pesca artesanal que eles tradicionalmente realizam na Ilha do Cardoso. A visita começou no quiosque com uma apresentação sobre os apetrechos de pesca utilizados, a montagem do cerco e o processo de despesca. Houve também uma demonstração "lúdica" sobre a forma de uso da tarrafa.

Figura 10: Apetrechos de pesca e materiais demonstrativos do sistema de pesca artesanal tradicionalmente desenvolvido na Ilha do Cardoso, Cananéia, Brasil.

Explicado o processo e tiradas as dúvidas, o grupo seguiu ao pier e mirante para acompanhar a despesca, aproveitando o horário de maré baixa. Enquanto o grupo observava, os pescadores recolheram os peixes com a rede. Para surpresa dos participantes uma pequena tartaruga havia entrado no cerco e foi liberada. Os peixes recolhidos foram levados ao restaurante para fazerem parte do cardápio, assim como as ostras coletadas no mangue próximo. A gastronomia baseada nos recursos pesqueiros é parte da cultura tradicional local e fonte de renda, através do turismo.

Figura 11: Demonstração lúdica do uso da tarrafa na pesca artesanal na Ilha do Cardoso, Cananéia, Brasil (esquerda) e caminhada do grupo para o Mirante e área de demonstração da pesca (direita)

Figura 12: Demonstração da pesca artesanal na Ilha do Cardoso, Cananéia, Brasil.

Figura 13: Soltura da tartaruga que havia entrado no cerco (esquerda) e preparando o jantar com os produtos da pesca (direita).

10. Despedida AMOIP/ACTIC

No último dia do seminário a equipe da AMOIP fez uma última apresentação a todos os participantes, agradecendo a confiança depositada pelos organizadores do Seminário em realizar o evento com eles. Iniciada pela Dona Beth, cada um da equipe AMOIP foi colaborando na fala.

“O registro da primeira família morando no núcleo Perequê é de 1900. A minha sogra chegou em 1934, no poço das Antas, há uns 4 km daqui. A outra família do Waltinho chegou em 1940, no final da praia do Itacuruçá. Moramos todo esse tempo, tínhamos pesca e roça. Em 1962 foi criado o parque. Toda essa estrutura de visitação e hospedagem que vocês conheceram foi criada em 1975. Lutamos muito pela comunidade. Em 1985 começaram as visitas por grupos de escolas. Em 1995 a 1998 a escola da ilha fechou por falta de alunos suficientes em idade escolar, forçando a maioria das famílias a se mudarem para Cananéia, para as crianças poderem frequentar a escola. Em 2010 fundamos a AMOIP e somente em 2022 conquistamos o “barco escolar” e agora as crianças podem morar na ilha e estudar em Cananéia”.

Figura 14: Apresentação final dos moradores da ilha e agradecimento pela confiança do Seminário ser realizado no Núcleo do Parque que eles fazem a gestão.

“Tivemos várias crises, e hoje agradecemos essa parceria com o Instituto Linha D’Água, esse Seminário, esse formato bem coletivo, o trabalho de base comunitária. Acabamos aprendendo que a conversa é bem importante. Ter receio de falar ou de perguntar gera dúvidas. Conversar é criar possibilidades, é desenvolver melhor a vida para todos. Muito tempo se passou até acordarmos e lutarmos pela nossa vida, o nosso espaço. É importante que as pessoas entendam que aqui já existem famílias e vidas. Tivemos esse privilégio gigantesco em recebê-los. Sabemos dos problemas. Somos de família de pescadores e hoje desenvolvemos turismo comunitário”.

“Se aqui não tivesse sido decretado o parque, vocês não poderiam ver a natureza como está. Para nossa comunidade é fundamental manter aqui intacto. Dependemos dessa área. A farmácia está a 6km mas a planta para saúde está no quintal. Estamos na luta para administrar as estruturas, e hoje estamos tentando tirar um proveito do Parque que não é um favor, mas sim um direito nosso. Agradecemos muito a vivência que tivemos todos, a parceria com o Linha D’Água, conhecemos o pessoal da CONFREM e todas as pessoas, aprendemos muito, muito obrigado. E para finalizar temos um presente para vocês, uma tarrafa.” O Sr. Alfonso Simon Raylan do Panamá que foi sorteado.

Figura 15: O Sr. Alfonso Simon Raylan do Panamá agradece o presente recebido pelo Sr. Sergio Carlos Neves, Presidente da AMOIP.

11. Sessão 6: Carta Aberta do Seminário AIPAA 2022 e Encerramento

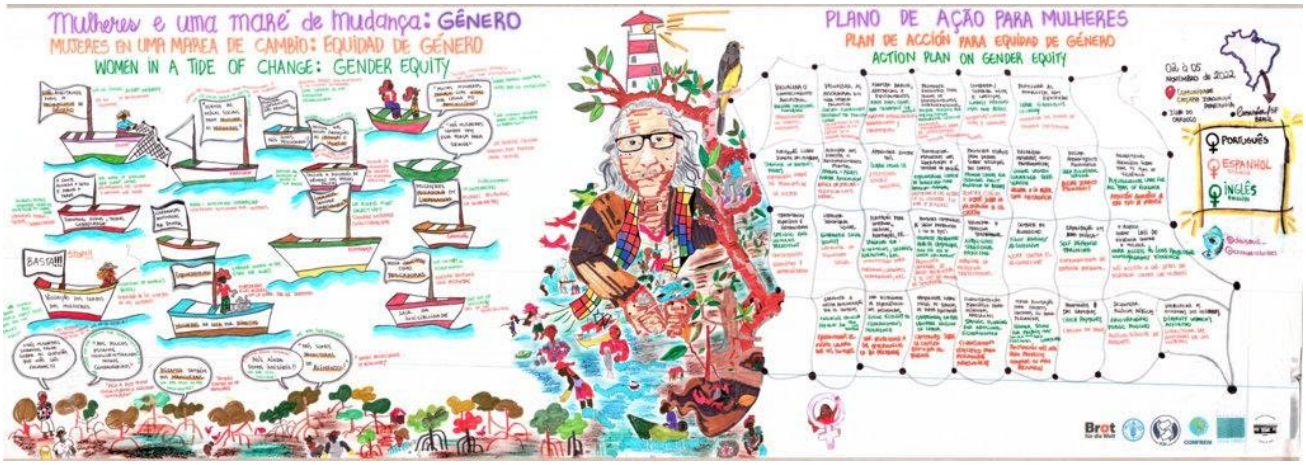
A última Sessão do Seminário AIPAA 2022 foi a elaboração conjunta da Carta Aberta do Seminário Latino Americano e Caribenho elencando os principais pontos discutidos ao longo dos quatro dias de Seminário. Em seguida, para encerramento oficial do Seminário, a Sra. Beatriz Mesquita, FUNDAJ/ICSF, Brasil, agradeceu a participação de todos ao longo dos quatro dias intensos de trabalho e o esforço final na elaboração conjunta do documento final do seminário.

Segue abaixo o documento aprovado.

FACILITAÇÃO GRÁFICA

Os dois paineis criado durante o Seminário ressaltaram os seguintes temas centrais: a invisibilidade da pesca artesanal, a marginalização por conta de estigmas e preconceitos existentes, a insegurança alimentar e econômica, impactos socioambientais vividos, conflitos coletivos enfrentados em especial com a pesca industrial, a sucessão intergeracional, a necessidade de educação diferenciada que não apenas leve em conta os conhecimentos tradicionais mas também o tempo da maré, a necessidade de haver previdência social especial para os pescadores, o papel das mulheres na pesca artesanal, os conflitos da aquicultura e da privatização das águas, e a violação de direitos sem consulta prévia às comunidades litorâneas. Seguem abaixo os painéis criados.

Painel 01: No primeiro painel foram registrados os principais desafios e ameaças para os pescadores e pescadoras artesanais na América Latina e Caribe. Também foram apontados os pontos chaves de debate em contraposição a Economia Azul, que vem sendo proposta pelo Banco Mundial violando uma série de direitos dos(as) pescadores)as) artesanais. Além dessas informações também foram registrados breves descrições acerca da origem dos participantes e as suas próprias definições que são as populações de pescadores(as) artesanais atualmente.



Painel 02: No segundo painel os registros estão relacionados às principais demandas e denúncias das mulheres pescadoras artesanais frente a violência, invisibilidade e o machismo estrutural da sociedade. Além das demandas apontadas também foram registradas as principais ações elaboradas durante a construção de um Plano de Ação para ocombate a desigualdade de gênero.

COBERTURA COLABORATIVA AUDIOVISUAL

A Cobertura Colaborativa Audiovisual acontece durante um evento, com o objetivo de formar uma equipe nas etapas de produção audiovisual (roteiro, produção, gravação, edição), com a meta de gerar produtos audiovisuais que representem o que aconteceu no evento. As pessoas se apropriam dos conhecimentos técnicos que ofereço, e constroem colaborativamente as narrativas para contar a história do evento, através de uma pedagogia de projeto alinhada com os conceitos da educomunicação. Foram 4 dias de atividades no Seminário AIPAA 2023:

- 1o. dia: prática de gravação e fotografia, fazendo um registro geral da abertura e das primeiras sessões plenárias e de discussão.
- 2o. dia: organização do roteiro para o vídeo-resultado da cobertura, e início das gravações planejadas, que incluíam falas institucionais das organizações responsáveis pelo seminário e depoimentos de participantes sobre as principais temáticas.
- 3o. dia: finalização das gravações de entrevistas e depoimentos previstos e gravação de um videoclipe de um grupo musical local “Fandangueiros de Itacuruçá”.
- 4o. e último dia: gravação das imagens finais na saída de campo com os pescadores locais e edição, para apresentação da primeira versão do vídeo na plenária final.

Essa Cobertura Colaborativa Audiovisual contou com a participação de integrantes do Painel Brasileiro para o Futuro do Oceano, da CONFREM, do Instituto Linha D’Água e da Articulação de Comunidades da Ilha do Cardoso. Assim, todos os envolvidos levaram conhecimentos sobre a produção audiovisual e educomunicação para suas organizações, um dos objetivos principais da cobertura colaborativa. O vídeo do Seminário AIPAA 2023 e dos “Fandangueiros de Itacuruçá” podem ser encontrado respectivamente nos seguintes links do ICSF e AMOIP :

ANEXOS

12. Anexo 1 - Nota Conceitual

Seminário Latino-Americano e Caribe
AIPAA 2022: Celebrando a Pesca de Pequena Escala Sustentável e Equitativa
Ilha do Cardoso, Cananéia, Estado de São Paulo, Brasil, 2-5 de novembro de 2022

Contexto

A Assembleia Geral da ONU proclamou 2022 como o Ano Internacional da Pesca e Aquicultura Artesanais (AIPAA 2022), tendo sido a FAO apontada como agência principal. Isso oferece uma oportunidade para reiterar ainda mais os objetivos e promover a implementação das Diretrizes para a Pesca de Pequena Escala.

Aproximadamente 90% dos 140 milhões de pessoas envolvidas na pesca em todo o mundo trabalham no setor de pesca de pequena escala, predominantemente, mas não apenas no Sul Global. Esses pescadores de pequena escala (homens e mulheres) capturam metade dos frutos do mar do mundo e fornecem mais de 60% do pescado destinado ao consumo humano direto. Para cada pescador no setor de pequena escala, pelo menos quatro outras pessoas estão envolvidas em atividades terrestres relacionadas, como a preparação de equipamentos, processamento de pescado e comercialização. No total, estima-se que mais de 500 milhões de pessoas dependem da pesca para seus modos de vida. Como atividade de base familiar, a pesca contribui diretamente para a segurança alimentar da unidade familiar, onde a mulher desempenha um papel particularmente importante tanto como elo de ligação com o mercado como como fornecedora de alimentos da unidade familiar, para além do seu papel reprodutivo. Espera-se que esta contribuição significativa das mulheres para a segurança alimentar, aos modos de vida e para as economias locais e nacionais melhore com a implementação das Diretrizes para a Pesca de Pequena Escala.

A pesca de pequena escala é o primeiro e mais importante elo de uma longa cadeia de atividades sociais, culturais e econômicas que contribuem para a saúde e o bem-estar das comunidades locais e da sociedade em geral. A pesca constitui muito mais do que uma mera atividade econômica, mas faz parte da cultura, identidade e modo de vida das comunidades pesqueiras, marinhas e de interior, com costumes, hábitos alimentares, ritmos de vida, rituais, crenças espirituais, sistemas de valores, tradições e organização social intimamente ligada à pesca e ao meio aquático de que depende o seu modo de vida. A oferta de pescado e produtos pesqueiros por pequenos produtores também desempenha um papel importante na soberania alimentar, permitindo que consumidores de baixa renda, para os quais outras fontes de alimentos comparáveis não estejam

prontamente acessíveis, desfrutem de seu direito à alimentação e outros direitos humanos. Muitas vezes, a pesca de pequena escala tem sido a única forma de proteção social disponível e acessível a muitas comunidades de pesca marinha e interior.

As mulheres desempenham um papel vital, mas em grande parte não reconhecida e desvalorizada, na realização do direito à alimentação, fornecendo peixe e produtos da pesca. A FAO estima que em 2018, 59,5 milhões de pessoas, das quais pelo menos 14% eram mulheres, estavam diretamente envolvidas em tempo integral, ou mais frequentemente em meio período, na pesca de captura ou aquicultura. É provável que seja uma subestimação grosseira, uma vez que o trabalho das mulheres no setor pesqueiro é muitas vezes não remunerado e não registado. O papel mais significativo desempenhado pelas mulheres na pesca é nas fases de processamento e comercialização. Ativas em todas as regiões do mundo, as mulheres se tornaram importantes empreendedoras no processamento do pescado. De fato, a maior parte do processamento de pescado é realizada por mulheres, seja em sua própria casa ou como trabalhadoras assalariadas na indústria de processamento em grande escala. No entanto, apesar do seu sucesso empresarial, as mulheres muitas vezes têm de lidar com dificuldades consideráveis e condições de trabalho adversas. Eles também podem enfrentar uma concorrência desigual no acesso a matérias-primas para suas atividades de processamento e comercialização.

A pandemia de COVID-19 destacou a falta de proteção social e os impactos desproporcionalmente negativos das medidas de controle da pandemia no setor da pesca de pequena escala. Enquanto reduziu a oferta de pescado para o setor de pós-captura e diminuiu o acesso aos pesqueiros e recursos, inclusive de pescadores migrantes, as medidas de controle da pandemia exacerbaram a pobreza no setor de pequena escala, cujo fardo foi colocado desproporcionalmente nos ombros das mulheres.

Objetivos das oficinas

Nesse contexto, em 2022 o CIAPA e seus membros estão organizando quatro seminários regionais e intercâmbios entre mulheres na Ásia[3], América Latina e Caribe, Europa e África, em parceria com as organizações de pescadores globalmente.

O seminário Latino-Americano e Caribe será realizado na Ilha do Cardoso, no município de Cananéia, no litoral do estado de São Paulo, Brasil, entre 2 e 5 de novembro de 2022. O objetivo geral do seminário é fortalecer o reconhecimento das contribuições cruciais da pesca de pequena escala para a segurança alimentar e nutricional global, a importância dos direitos de posse no setor e o desenvolvimento social. Os objetivos do seminário são:

- Aumentar o engajamento internacional das organizações de trabalhadores da pesca em relação à segurança alimentar, direitos de posse e questões de

[3] O seminário da Ásia aconteceu de 5 a 8 de maio em Bangkok, Tailândia e incluiu 60 participantes de 11 países do Sul e Sudeste Asiático – Bangladesh, Camboja, Índia, Indonésia, Malásia, Mianmar, Paquistão, Filipinas, Sri Lanka, Tailândia e Vietnã. Mais informações sobre o workshop podem ser encontradas aqui: https://www.icsf.net/resources/asia-workshop-iyafa-2022-celebrating-sustainable-and-equitable- small-scale fisheries/

desenvolvimento social.
- Aprofundar a cooperação entre pescadores e organizações afins sobre segurança alimentar, direitos de posse e desenvolvimento social.
- Amplificar as vozes das mulheres no desenvolvimento inclusivo da pesca de pequena escala.

O seminário também é uma oportunidade para fazer um balanço de como as Diretrizes da Pesca de Pequena Escala estão sendo implementadas na América Latina e Caribe para erradicar a pobreza, garantir a segurança alimentar e nutricional e promover os direitos de posse das comunidades pesqueiras de pequena escala.

Participantes

O seminário incluirá 45 participantes de organizações comunitárias, organizações nacionais e internacionais de pescadores, redes de mulheres na pesca e organizações da sociedade civil de toda a América Latina e Caribe. Serão principalmente de organizações envolvidas com a preparação, negociação e implementação das Diretrizes da Pesca de Pequena Escala na América Latina e Caribe desde 2011, como o Grupo Regional da América Latina e Caribe do Comitê Internacional de Planejamento para a Soberania Alimentar (CIP), bem como comunidades e organizações pesqueiras com as quais os membros do CIAPA trabalham em seus contextos locais e nacionais.

Metodologia

O seminário será de quatro dias e se concentrará amplamente na discussão dos obstáculos que os pescadores de pequena escala enfrentam no acesso aos recursos e áreas de pesca, como as comunidades e organizações se mobilizam para enfrentar esses desafios e uma série de questões de desenvolvimento social. As contribuições dos pescadores para o processo preparatório serão importantes para determinar as questões e tópicos específicos que serão discutidos no seminário. O CIAPA compartilhará com os participantes um questionário para coletar informações e fatos dos países com antecedência.

Alguns dos subtemas que também podem ser abordados no seminário, e que são centrais para o trabalho do CIAPA e seus parceiros pescadores, incluem: direitos humanos de pescadores, pescadores e comunidades pesqueiras; proteção social; impactos das agendas da 'economia azul' na pesca de pequena escala; impactos das mudanças climáticas e iniciativas de mitigação e adaptação na pesca de pequena escala; papéis das organizações, associações e cooperativas de pesca; descentralização das estruturas de gestão da pesca; integração da igualdade/equidade de gênero na pesca; e promoção do trabalho decente e o desenvolvimento social das comunidades pesqueiras.

O seminário envolve:

- Discussões e atividades colaborativas nas quais os pescadores podem compartilhar suas experiências e perspectivas, aprender uns com os outros e desenvolver estratégias coletivas e planos de ação para abordar essas questões em seus contextos locais e nacionais.
- Espaços abertos e inclusivos para que trabalhadores da pesca e organizações afins se encontrem pessoalmente e aprofundem sua cooperação no trabalho de ativismo relacionado à segurança alimentar e direitos de posse.
- Intercâmbios entre Mulheres na Pesca, que destacam suas experiências, os desafios que enfrentam e as abordagens criativas que usam para enfrentar esses desafios.

A estrutura geral do workshop inclui:

- Dia 1: Discussões sobre o acesso aos recursos e áreas pesqueiras.
- Dia 2: Discussões sobre desenvolvimento social para pesca sustentável, segurança alimentar e erradicação da pobreza.
- Dia 3: Intercâmbios sobre mulheres e gênero na pesca.
- Dia 4: Desenvolvimento de uma declaração coletiva sobre temas específicos que os participantes desejam priorizar e um Plano de Ação para enfrentar os desafios da região.

13. Anexo 2 - Programação do Seminário Latino-Americano e Caribe - AIPAA 2022: Celebrando a Pesca de Pequena Escala Sustentável e Equitativa

Dia 1 – Quarta-feira, 02 nov 2022	
9:00 - 11:00	**1. Cerimônia de Abertura:**
	Recepção dos participantes e distribuição de materiais
	Mística
11:00 - 11:30	Intervalo
11:30 - 12:00	Mesa de Abertura
12:00 - 12:30	**2. Orientações Gerais**
12:30 - 14:00	Almoço
14:00 - 15:30	**3. Sessão 1: A situação atual da pesca artesanal e expectativas no Seminário**
15:30 - 16:00	Intervalo
16:30 - 18:00	Finalização da Sessão 1.
19:30 - 20:30	Jantar
20:30 - 22:00	Apresentação Musical
Dia 2 – Quinta-feira, 03 nov 2022	
9:00 - 10:30	**4. Sessão 2: Seguridade Social, Educação e Saúde**
10:30 - 11:00	Intervalo
11:00 - 12:30	Finalização da Sessão 2
12:30 - 14:00	Almoço
14:00 - 16:00	**5. Sessão 3: Desafios e Estratégias de Enfrentamento à Justiça Azul**
16:00 - 17:15	Visita de Campo 1: Trilha dos Mangues e encontro com os botos na praia
17:30 - 19:00	Finalização da Sessão 3
Dia 3 - Sexta-feira, 04 nov 2022	
9:00 - 10:30	**6. Sessão 4: Mulheres na Pesca Artesanal e a questão de Gênero**
10:30 - 11:00	Intervalo
11:00 - 12:30	Finalização da Sessão
12:30 - 14:00	Almoço
14:00 - 18:00	**7. Sessão 5: Fortalecimento das Organizações Latino Americanas: ULAPA**
19:30 - 20:30	Jantar
20:30 - 22:00	Apresentação Musical
Dia 4 - Sábado, 05 nov 2022	
9:00 - 11:30	8. **Visita de Campo 2 para conhecer a Pesca Artesanal na Ilha do Cardoso**
12:00 - 13:30	Almoço
14:00 - 14:30	9. **Despedida AMOIP/ACTIC**
14:30 - 15:00	10. **Carta Aberta do Seminário AIPAA 2022**
16:30 - 17:00	Intervalo
17:00 - 19:00	Finalização da Carta Aberta e encerramento

14. Anexo 3 - Lista de Participantes

Argentina
Sr. Nestor Edgardo Roche
Unión Argentina de Pescadores Artesanales (UAPA), WFF
nestorroche@gmail.com

Bahamas
Sr. Adrian Bradford La-Roda
Caribbean Network of Fisherfolks Organization, Bahamas Commercial Fishers Alliance, WFFP
alarodabahafish@gmail.com

Belize
Sra. Nadine Orchid Nembhard
Belize Fishermen Cooperative Association, Caribbean Network of Fisherfolks Organization (CNFO), Secretariat WFFP
nadine_nem@yahoo.com

Brasil
Sra. Adayse Bossolani da Guarda
PainelMar Cobertura audiovisual
agbossolani2@gmail.com

Sr. Adrian Ribaric
NUPAUB/USP CONFREM
adrianribaric@yahoo.com.br

Sr. Aldemir Carlos Neves
Articulação Comunidades Ilha Cardoso LOCAL
articulacaoilhadocardoso@gmail.com

Sra. Beatriz Mesquita Pedrosa Ferreira
ICSF / FUNDAJ ICSF
mesquitabia@hotmail.com

Sra. Claudia Kuen Rae Chow ,Brazil
Linha D'Água Cobertura audiovisual
clauchow@gmail.com

Sr. Felipe Leal
Linha D'Água LDA

Sr. Flávio Lontro, Brazil
CONFREM ULAPA
flaviolontro@gmail.com

Sra. Gabriela Mendonça das Neves
Articulação Comunidades Ilha Cardoso LOCAL / Cobertura audiovisual
articulacaoilhadocardoso@gmail.com

Sr. Gilberto Ribas
CONFREM
g.r.giba20@gmail.com

Sra. Hélia Del Carmen Farías Espinoza
CONFREM Cobertura audiovisual
heliafarespinoza@gmail.com

Sr. Henrique Kefalás
ICSF / Linha D'Água ICSF / Organização
henriquekefalas@linhadagua.org.br

Sr. João Ricardo Cararo Lazaro
Cobertura audiovisual Cobertura audiovisual
joaorlazaro@gmail.com

Sr. John Maciej, Brazil
Linha D'Água Organização
matias.john.w@gmail.com

Sr. Jorge Cardoso
Articulação Comunidades Ilha Cardoso LOCAL / ACTIC Cobertura audiovisual
jorge.enseada@gmail.com

Sra. Josana Pinto Da Costa
Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP)/ANP WFFP
josanaserrao@gmail.com

Sr. José Alberto Lima Ribeiro
CONFREM CONFREM
beto_pescador_prainha@yahoo.com.br

Sra. Katia Regina Aroucha Barros
ICSF / CONFREM ICSF
krabarros@gmail.com

Sr. Leopoldo Cavaleri Gerhardinger
ICSF / ICTA ICSF
leocavaleri@gmail.com

Sra. Ligia Moreira da Rocha
Consultoria Organização
ligiarocha2023@gmail.com

Sra. Maria Aparecida Ferreira
CONFREM CONFREM
cidaibiraquera@gmail.com

Sra. Maria Martilene Rodrigues de Lima
Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP), ANP
martilenerodrigues@yahoo.com.br

Sra. Maria Rita Olyntho Machado
Instituto Marés CONFREM
mromachado@gmail.com

Sra. Marly Lúcia da Silva Ferreira
CONFREM
marliluciasilva@yahoo.com.br

Sra. Natália Bahia
Linha D'Água Organização
nataliabahia@linhadagua.org.br

Sr. Nilmar Conceição
Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP)
marnil_45@hotmail.com

Sra. Ormezita Barbosa de Paulo
Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP)
ormezita@gmail.com

Sra. Tatiana Cardoso
Articulação Comunidades Ilha Cardoso ACTIC
articulacaoilhadocardoso@gmail.com

Chile
Sr. Juan Caceres, Chile
CONAPACH ULAPA
conapach2017@gmail.com

Sr. Miguel Alfonso Avalos Medina
CONAPACH WFF
mavalos1968@gmail.com

Colômbia
Sra. Libia Esther Arciniegas Liñan,
CONFEPESCAR / RENAMUPES "WFF ULAPA"
tripoli150174@gmail.com

Costa Rica
Sra. Aracelly Jimenez Mora,
CoopeMolusChomes R.L.
coopemoluscoschomes@gmail.com

Sr. David Chacon Rojas, Costa Rica
CoopeTarcoles R.L. ULAPA
davidchacon0619@gmail.com

Sra. Vivienne Solis Rivera, Costa Rica
CoopeSoliDar ICSF
vsolis@coopesolidar.org

Equador
Sra. Patricia Mercedes Santos Barreto, Ecuador
FENACOPEC Federación Nacional de Cooperativas Pesqueras del Ecuador WFF
patita271084@hotmail.com

Sra. Neiva Gulnara Carrasco Santos, Ecuador
C-CONDEM WFFP
neiva.carrasco.s@gmail.com

El Salvador
Sr. Norberto Romero Palacios
FACOOPADES, R.L. "WFF ULAPA"
norbertorp@gmail.com

Guatemala
Sr. Oscar Gabriel Marroquin Valladares,
FENAPESCA – GUATEMALA "WFF ULAPA"
oscarmarroquin01@gmail.com

Jamaica
Sr. Glaston Albert White
Jamaica Fishermen Cooperative Union Ltd.WFFP
whiteglaston@yahoo.com

Mexico
Sra. Lorena Elodia Ortiz Martinez
CONMECOOP WFF
arqloreortiz@gmail.com or
conmecoop@gmail.com

Panamá
Sr. Alfonso Simon Raylan
Sindicato de trabajadores del Mar SITRAMAR, Bocas del Toro Territorio Comarcal Gnobe Bugle, WFFP
alfonsosimon1112@gmail.com

Sr. Gavino Antonio Acevedo Gonzalez
Asociación de Pescadores Artesanales de La Enea (APALE) ULAPA
gavinoacevedo40@gmail.com

Sra. Marta Emelda Machazek de Serrutt
Unión de Pescadores Artesanales Bocatoreños (UPESABO) ULAPA
marthamachazeck14@hotmail.com

Peru
Sr. Alejandro Bravo Avalos
FIUPAP, WFF, ULAPA
nanobravo02@gmail.com
nanobravo2@hotmail.com

Sra. Mayela Quispe Gamarra
FIUPAP, WFF
mayelaquispega@gmail.com

Saint Kitts and Nevis
Sr. Winston George Hobson
Saint Kitts and Nevis Nevis Fisherman's Cooperative, WFFP
atta.fish4u@hotmail.com

Santa Lucia
Sr. Devon Shirron Stephen
St. Lucia Fisherfolk Cooperative Society Limited, WFFP
devonstephen@live.com